

400 MIL MORTOS

Brasil estabelece novo recorde de óbitos, enquanto patina na campanha de vacinação. Acuado, Palácio do Planalto continua a apostar no caos, mas CPI tem início e vai investigar resposta do governo à pandemia

HADDAD: LULA É QUEM PODE TIRAR O BRASIL DA PARALISIA

Ex-prefeito de São Paulo diz que a economia não vai se recuperar com modelo de Paulo Guedes

LULA NO 1º DE MAIO: “NÓS VAMOS DAR A VOLTA POR CIMA”

Centrais sindicais brigam por auxílio de R\$ 600 e em defesa da vacina para todos os brasileiros

focus
BRASIL

SEMINÁRIO
AS CIDADES NO PROJETO
DE RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

4/5
18H

FÓRUM
NAPP
CIDADES

1 A CENTRALIDADE DAS CIDADES NO
PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

APRESENTAÇÃO	MODERADOR				MODERADOR
FERNANDO HADDAD	EDMILSON RODRIGUES	MDEMA GRAMACHO	EDUARDO PAES	ERMINIA MARICATO	NABIL BONDUKI
Presidente da Comissão Conselheiro do FPA e ex-prefeito de São Paulo (PS-SP)	Prefeito de Belém (PSDB)	Prefeita de Lapa de Freitas (PT-BR)	Prefeito do Rio de Janeiro (DEM)	Professora FAP-USP, Br-Cidades, ex-secretária Executiva do Ministério das Cidades	Coord. NAPP Cidades, FAP-USP, Rubião do Pleuro Diretor de São Paulo

NAPP CIDADES **25** ANOS
FUNDADAÇÃO PERSEU ABRAMO
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO:
Fundação Perseu Abramo
Fundação Perseu Abramo

Forum TV 247

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vivian Farias
Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema
Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos,
Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo,
Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais
Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da
Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu
Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales
Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**
em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório da Democracia
Fundação Democrática
Associação Brasileira de Estudos Políticos
FORUM Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO
FLA-AP
ASTROQUILDO
Herbert Santos

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO

Forum TV 247

NESTA EDIÇÃO

401 MIL MORTOS E MUITOS CRIMES. A CPI VAI APURAR

HADDAD. Em entrevista, o ex-ministro diz que Lula é a saída da crise nacional

Página 4

CPI. Governo naufraga na tentativa de melar o funcionamento da comissão

Página 10

1º DE MAIO. Lula e Dilma renovam esperança do novo país em ato das centrais

Página 16

OPINIÃO. Mercadante e Zero defendem o enterro do neoliberalismo

Página 20

MERCADO. Eduardo Moreira questiona motivo do nervosismo dos banqueiros

Página 26

ORÇAMENTO. Governo corta recursos para a área social em plena pandemia

Página 28

CENSO. Ex-presidente do IBGE diz que país precisa dos dados censitários

Página 30

RACISMO. Ativistas alertam que o Brasil vive o extermínio de crianças negras

Página 36

Divulgação

EDITORIAL

EMPAREDADO

Aloizio Mercadante *



Com a crescente rejeição e o aumento acelerado da perda de apoio popular, Bolsonaro está cada vez mais emparedado. A equipe econômica, até pouco celebrada por neoliberais e pelo mercado financeiro, padece de completo descrédito em amplos setores da economia.

Sem soluções, o ministro Paulo Guedes voltou a destilar barbaridades e foi flagrado acusando a China de criar o coronavírus. Também relacionou o caos na saúde ao aumento da expectativa de vida da população. As demissões e afastamentos no Ministério da Economia comprovam o desmanche da área, como já ocorreu em outros setores do governo.

A pandemia segue descontrolada, contaminando e matando brasileiros, enquanto o processo de vacinação patina e Bolsonaro insiste em intimidar e condenar as medidas de distanciamento social, de uso de máscaras e de enfrentamento da Covid-19. A pressão negacionista de Bolsonaro chegou ao ponto de que mais de um ministro e generais de quatro estrelas confessaram que se vacinaram às escondidas. Um completo absurdo.

É nesse cenário de desespero do governo, que o Senado Federal instalou, na semana que passou, a CPI da Pandemia. Bolsonaro tenta a qualquer custo impedir os trabalhos de investigação da comissão, inclusive por meio de ações judiciais grotescas para impedir a independência do legislativo e o pleno exercício do mandato de parlamentares contrários ao seu governo.

De forma inédita, o próprio governo deixou vaziar um roteiro com 23 questões graves da gestão Bolsonaro no enfrentamento da pandemia, reconhecendo a responsabilidade do presidente na crise sanitária. Além de muitos pontos que serão levantadas pelos senadores, só essas questões já apresentam linhas de investigação sólidas para a CPI.

Não tenho dúvidas que a CPI vai pressionar ainda mais Bolsonaro e que será acompanhada de perto pelo povo brasileiro. É que, infelizmente, a Covid está na vida e no cotidiano das pessoas, matando, contaminando e impedindo a retomada da economia. E há muitos elementos para a comissão comprovar os crimes de responsabilidade de Bolsonaro na disseminação do vírus.

Por isso, chegaremos a 2022 em uma conjuntura imprevisível. Ainda que o cenário internacional com a pandemia controlada seja favorável, não há recuperação possível no Brasil, em meio ao caos e ao obscurantismo bolsonarista, que segue apostando na falsa oposição entre a defesa da saúde pública e a recuperação das atividades econômicas.

Além disso, a CPI pode comprovar os crimes de responsabilidade e desencadear um processo de impedimento ou desgastar profundamente Bolsonaro a ponto de fragilizar sua candidatura. Mas, seja qual for o cenário, a esperança de Lula será a grande energia capaz de unificar um leque amplo de forças políticas democráticas e progressistas para reconstruir o Brasil e fazer com que nosso país se reencontre com a esperança, a estabilidade, o crescimento e a paz social.

* Ex-ministro de Estado, é presidente da Fundação Perseu Abramo.



Fozie B sobre foto de Ricardo Stuckert

“LULA É O CAMINHO PARA SAIRMOS DA CRISE”

O ex-ministro da Educação diz que a CPI vai investigar o governo pelos crimes na condução da pandemia e avalia que o desmonte promovido por Bolsonaro está levando o país ao seu pior momento

A economia está destrozada, mas a volta do ex-presidente ao tabuleiro sinaliza uma saída. E é isso que está obrigando as forças políticas a se reorganizarem para a disputa eleitoral em 2022

Por Pedro Camarão

O número de mortes alcançado pela Covid no Brasil é resultado do pensamento retrógrado e atrasado presente no governo Bolsonaro. Essa é a opinião do economista e advogado Fernando Haddad sobre o caos que toma

conta do país. Ex-prefeito de São Paulo e o mais longo ministro da Educação na história do país, aos 58 anos de idade, Haddad permanece como observador atento da realidade política brasileira e se mantém na trincheira da oposição, de onde traça planos para a reconstrução do Brasil.

Ele está preocupado em ajudar formular uma saída para o país, mergulhado na mais terrível crise política e institucional da história. Agora, diante da ins-

ta -

lação da CPI da Covid, o professor universitário considera que o país ganha uma oportunidade para apurar as responsabilidades do governo e do presidente Jair Bolsonaro diante da carnificina que a Nação atravessa, com mais de 400 mil mortos na pandemia, óbitos crescentes que vem ocorrendo desde março de 2020.

Haddad diz que a CPI da Pandemia instalada pelo Senado é uma oportunidade para desbançar o negacionismo e forçar Bolsonaro e seus ministros a tomarem medidas para combater a pandemia. Mas ele acredita que essa hipótese, ainda que distante, não se repetirá em outras áreas cruciais para o país.

Em entrevista à *Focus Brasil*, Haddad fala sobre o quanto o Brasil está sendo prejudicado pelo pensamento neoliberal de Paulo Guedes que, segundo ele, é atrasado. O desemprego, o desalento, a falta de um projeto de desenvolvimento social e crescimento econômico, o desrespeito aos direitos humanos e o descaso proposital para fazer avançar o desmatamento não apenas reforçam a posição do Brasil como um pária internacional, mas tornam cada vez mais longo o caminho para a construção de um país pujante e menos desigual. Apesar disso, Haddad diz que é possível tirar o país do buraco.

“Hoje, efetivamente, há dois projetos no país: o do Bolsonaro e o do Lula. Tem duas forças”, lembra. “O projeto de desenvolvimento que está na ordem do dia, quem representa esse projeto, é o presidente Lula”, aponta.

Sobre a crise econômica, Haddad faz uma comparação da agenda que está sendo aplicada pelo ministro Paulo Guedes com o projeto proposto pelo presidente Joe Biden para os Estados Unidos. Ele anunciou um plano que coloca o Estado como ferramenta para combater a desigualdade e alavancar o crescimento econômico. “Precisa distribuir renda para diminuir a desigualdade e fazer o país voltar a crescer. É isso que os Estados Unidos sob Biden pretendem seguir”, aponta.

Quanto ao cenário político eleitoral para 2022, o professor diz que ainda é cedo para desenhar os cenários, mas não descarta a possibilidade de ser candidato ao governo de São Paulo. “Ainda é cedo, mas acho que o mais importante é não descasar a estratégia nacional da estadual”, diz. “Isso vale para São Paulo, o Rio [de Janeiro], Pernambuco,

O GOVERNO É UMA CONJUGAÇÃO DE TRÊS FORÇAS: O AUTORITARISMO DOS GENERAIS, O NEOLIBERALISMO DE GUEDES E ESSE NÚCLEO “OLAVISTA”

Minas Gerais... Vale para todos os estados. Devemos pensar na eleição presidencial prioritariamente e organizar os palanques estaduais de maneira a garantir uma ampla aliança para derrotar o bolsonarismo”, aponta.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Focus - Qual é a sua avaliação sobre o governo de Jair Bolsonaro diante desse caos que o país vive?

Fernando Haddad - O governo Bolsonaro é uma combinação macabra de três vertentes de pensamento retrógradas que geraram um projeto que dialoga com problemas históricos do Brasil muito mal resolvidos. A primeira é a autoritária, a segunda, a fundamentalista e a terceira, a vertente neoliberal.

O governo Bolsonaro é uma conjugação dessas três forças, expressas nos três núcleos do

governo: o autoritarismo dos generais bolsonaristas, sempre ameaçando a sociedade; o [ministro da Economia, Paulo] Guedes que representa o neoliberalismo mais tosco que se possa imaginar; e aquele núcleo “olavista” de ministros como [Abraham] Weintraub, Damares [Alves], [Ricardo] Salles, [Ernesto] Araújo e Milton Ribeiro, que são pessoas que estão dialogando no que eles chamam de “guerra ideológica”.

O próprio Salles mencionou isso numa entrevista dizendo que a Tereza Cristina cuida do arroz e feijão do ministério. E quem cuida da parte ideológica é ele. Ou seja, mudando a maneira de se enxergar o meio ambiente ou - no caso da Damares - os direitos humanos.

O governo e essas pessoas trabalham virar do avesso conceitos do iluminismo. Então, esta administração, desse ponto de vista, é pré-iluminista. E, por isso, que a guerra contra a ciência é uma coisa importante. Isso ficou absolutamente claro no combate à pandemia, onde essas três vertentes se encontraram. Guedes não querendo investir e o autoritarismo sendo usados contra prefeitos e governadores. É muito cristalizado isso que digo no enfrentamento à pandemia, como essas três engrenagens se combinam viciosamente gerando o caos que estamos vivendo.

Focus Brasil - Nesse cenário de caos, no qual o Brasil ultrapassou a marca de 400 mil mortos pela Covid, aparece agora a CPI no Senado. O que você acha que a comissão pode representar e até onde pode chegar?

Fernando Haddad - Uma vez



Ricardo Stuckert

que não conseguimos fazer tramitar nenhum dos 100 pedidos de impeachment contra Bolsonaro, temos na CPI uma oportunidade para apurar as responsabilidades do que aconteceu. Mas, também, de tentar evitar de alguma maneira aquilo que vai acontecer: mais 200 mil mortes até agosto. E essa CPI é uma comissão de investigação de tipo novo. Ela vai funcionar em meio a uma crise e não pós-crise como a maioria. Por isso, espero que a CPI possa, efetivamente, constranger o governo a tomar as medidas que ele reluta em adotar. Estou preocupado porque tenho conversado com epidemiologistas e médicos. Se nada for feito, até agosto, teremos mais 200 mil mortes no país. Veja que já estamos em 2021 com número superior [de mortes] ao de 2020 e não mal começamos o segundo trimestre.

Focus Brasil - A crise sanitária gerou uma série de problemas para a economia, mas as

medidas que o governo tomou não parecem ser efetivas. O que o governo Bolsonaro e Paulo Guedes almejam com esse projeto econômico?

Fernando Haddad - Nada

“NO PAÍS, HÁ DOIS PROJETOS. MAS QUEM SINALIZA CRESCIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL – E ISSO É O QUE ESTÁ NA ORDEM DO DIA NO MUNDO – É LULA”

do que o governo está fazendo vai resolver o problema econômico do país. Absolutamente nada. Nada do que fizeram ou fazem implica na recuperação da economia. Alguém dirá: “Ah, a economia esse ano vai crescer, ano que vem vai crescer”. Existe uma coisa chamada inércia em economia. Como a capacidade instalada se mantém em recessão, dificilmente você tem destruição de capital no curto prazo e é possível recuperar o nível de atividade pré-crise. Isso é quase inercial. Agora, se formos pensar numa tendência de longo prazo de crescimento, o governo não está fazendo absolutamente nada para que isso aconteça. Então, vamos ter um crescimento entre aspas. Na verdade, vamos recuperar o nível de atividade pré-crise que, a bem dizer, começou em 2015 com o [ex-deputado federal] Eduardo Cunha na Presidência da Câmara e a aliança entre PSDB e MDB em torno das chamadas “pautas-bomba” que descar-

rilharam o Brasil naquele ano. Então, estamos vivendo desde 2015 - estamos indo para o sétimo ano de turbulência político-institucional - com medidas absolutamente equivocadas para enfrentar. E isso vem desde o governo [Michel] Temer. É uma situação difícil mesmo. Se não tivermos um projeto de desenvolvimento na ordem do dia - e eu acho que quem representa esse projeto é o presidente Lula - teremos muita dificuldade em sair dessa crise.

Por isso, repito, vai haver, entre aspas, crescimento. Mas isso é efeito estatístico, é como a economia funciona. É a recuperação do nível de atividade pré-crise. Então, obviamente, ao recuperar o nível de atividade pré-crise, vai aparecer na estatística anual que crescemos. Mas isso não é crescimento. Crescimento é quando você toma as medidas necessárias para fazer com que a curva da atividade econômica mude de inclinação. Aí estamos falando de economia pra valer. É alterar a inclinação da curva de crescimento. Hoje, ela está quase paralela ao eixo. Precisamos torná-la mais inclinada. E aí a economia vai começar a crescer a taxas significativas como aconteceu nos governos do PT. Nós dobramos a taxa de crescimento do país.

Focus Brasil - E com distribuição de renda...

Fernando Haddad - Esse foi um dos segredos da mudança da inclinação. Lula percebeu e o PT, o Partido dos Trabalhadores, sempre disse isso: sem mercado interno não tem crescimento econômico. Então, é preciso distribuir renda para mudar a inclinação da curva. E reduzir as desigualdades para come-

çarmos a fazer o país crescer de maneira socialmente justa.

Focus Brasil - Bolsonaro está tentando criar algum diálogo com o novo governo dos EUA, sob administração de Joe Biden, que tem um plano econômico que vai em sentido oposto ao implementado por Guedes. Biden propõe

“LULA PERCEBEU, FEZ ISSO NO GOVERNO E O NOSSO PARTIDO SEMPRE DISSE: SEM MERCADO INTERNO NÃO TEM CRESCIMENTO ECONÔMICO”

um pacote muito mais próximo, por exemplo, ao que foi apresentado pelo PT, com o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil.

Fernando Haddad - O Brasil com Guedes está com uma cartilha antiga, dos 80. Estamos uns 40 anos atrasados em relação à teoria econômica contemporânea. Hoje, há uma produção acadêmica que segue todos os cânones da ciência econômica contemporânea. São modelos

matematizados, testáveis, tudo o que eles gostam de dizer que fazem. Há inclusive a busca de evidência empírica e tudo mais. E temos uma série de modelagens hoje que apontam em outra direção. E a direção é usar o Estado para corrigir as distorções de mercado no plano nacional, doméstico e no plano internacional.

Por exemplo, há uma tendência de concentração da produção industrial geograficamente. Isso vale para um país, como era o caso de São Paulo até outro dia e é o caso do mundo. Toda a atividade industrial está migrando para o sudeste asiático. Se você ficar olhando, isso vai acontecer.

Então, o governo Biden está procurando reagir a isso. Ele não quer que os EUA se desindustrializem. A Europa também reage a isso. E a pergunta é: a América Latina vai reagir a isso ou não? Veja, isso não tem nada a ver com a questão fiscal de curto prazo. Tem a ver com estratégias de desenvolvimento, parcerias, modelagens, transferência de tecnologia, compras governamentais, investimento em ciência. Tem a ver com outra coisa, com outro mundo.

Então, o Guedes está no mundo... eu não vou dizer que ele está no mundo da lua porque precisa de foguete para chegar até a lua, e ele não pensa em ciência ou tecnologia. Ele está muito atrasado. Paulo Guedes está no pré-arado.

Isso é uma coisa, realmente, muito preocupante porque estamos perdendo tempo. Os cortes que o governo Bolsonaro está fazendo na educação, na ciência e tecnologia, o desmonte das compras governamentais, o mais baixo nível de investimento em obra de infraestrutura, tudo



Ricardo Stuckert

isso revela uma falta de visão. O que temos hoje é uma política de desmonte e destruição.

Focus Brasil - Temos, oficialmente, a volta de Lula ao cenário político. Como você analisa o tabuleiro eleitoral?

Fernando Haddad - O Lula organiza... pela força que ele tem, o prestígio que tem, os anos de estrada que tem. São 40, 50 anos de política com "P" maiúsculo. Então, Lula organiza o tabuleiro. Os partidos começaram a se movimentar em torno dessa realidade. Hoje, efetivamente, há dois projetos no país: o do Bolsonaro e o do Lula. Você tem essas duas forças hoje, representando, visões distintas e projetos distintos para o país. "Ah, é possível até o ano que vem surgir [nova força]?" Bem, tudo é possível em políti-

ca. Agora, não há uma tendência para que isso aconteça. Não há nenhuma tendência. Porque as figuras que estão se apresentando são todas conhecidas e, diria, pouco sedutoras tanto do ponto de vista retórico quanto do ponto de vista programático. Uma coisa meio insossa. É difícil isso cativar a ponto de em um ano e meio mudar o quadro político.

Focus Brasil - A Folha de S. Paulo menciona seu nome como candidato a governador. Você já se apresenta como candidato, realmente? Qual é a sua posição nesse momento?

Fernando Haddad - Eu acho que é muito cedo para falar em candidatura, Mas eu acho que o palanque em São Paulo tem que, de alguma maneira, fazer

sentido nacional. Nós não podemos descartar a estratégia nacional das estaduais. Isso vale para São Paulo, para o Rio, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul... Vale para todos os estados.

Na minha opinião, devemos pensar na eleição presidencial prioritariamente e organizar os palanques estaduais de maneira a garantir uma ampla aliança para derrotar o bolsonarismo. E isso tem que se refletir nos estados. Em São Paulo, defendo alternância no poder. Acho que o PSDB já deu o que tinha que dar e nós temos que fazer uma aliança progressista. O bolsonarismo deve ter um candidato, os tucanos vão ter um candidato e o setor progressista tem que se unir em torno de uma estratégia para derrotar o chamado Bolso-Dória. Agora é a hora de construir essa aliança. •



TODOS OS CRIMES DO PRESIDENTE

Senado instala a CPI, em meio à carnificina da Covid-19, que já ceifou a vida de mais de 400 mil brasileiros. PT e oposição – além de independentes – prometem investigação profunda para apurar responsabilidades. E prometem: presidente vai pagar pelo comportamento omissivo e criminoso

Foi uma semana trágica para o país. À revelia das autoridades federais, o Brasil continua a enterrar diariamente mais de 3 mil de seus cidadãos. São pais e mães de família, filhas e filhos, pessoas que perderam a vida em meio à omissão e negligência criminosas do governo. O luto não cessa e continua a cobrir de tristeza a Nação, enquanto o presidente Jair Bolsonaro mantém-se alheio à realidade. O saldo da pandemia é mais que dantesco. É uma carnificina, com mais de 404 mil corpos empilhados pela pandemia e pela irresponsabilidade do governo desde o início da crise sanitária, que se instalou no país em março de 2020. Na quinta-feira, 29, a nação superou a marca dos 400 mil óbitos.

E não há sinais de que a Covid-19 será contida. Especialistas temem uma terceira onda tão mortal quanto as duas primeiras. Vacinação lenta, exposição a novas cepas do vírus e relaxamento do isolamento social são uma combinação explosiva. “No ritmo atual, o Brasil ruma para acumular mais de um milhão de fatalidades até 2022”, alerta o cientista Miguel Nicolelis.

Nesta próxima terça-feira, 4, a CPI da Covid começa a tomar os primeiros depoimentos de autoridades que atuaram na gestão da crise. Serão ouvidos os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Já a sessão de quarta será dedicada ao interrogatório do ex-ministro e General do Exército Eduardo Pazuello. No dia seguinte, estão marcados os depoimentos do atual titular Marcelo Queiroga, e do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres.

Pazuello é o principal alvo até agora porque foi sob a sua gestão à frente do ministério que a pandemia se agravou. “Não foi o acaso ou flagelo divino que nos trouxe a este quadro”, avisou o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), em sua primeira intervenção após ser escolhido para a relatoria depois de ser alvo de ataques de bolsonaristas nas redes sociais. No esforço de impedi-lo de atuar na CPI, a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) chegou a obter uma liminar em ação popular para retirá-lo da CPI. Na quinta-feira, uma nova ação – dessa vez no Supremo Tribunal Federal – foi levada pela tropa bolsonarista, mas o ministro Ricardo Lewandowski descartou a medida.

Pelos recados de Renan, a batata de Bolsonaro, Pazuello e outras autoridades federais passou do ponto de cozimento. O tom

adotado pelo senador alagoano, não deixa dúvidas: “Há responsáveis, há culpados, por ação, omissão, desídia ou incompetência e eles serão responsabilizados”, advertiu. “Essa será a resposta para nos reconectarmos com o planeta. Os crimes contra humanidade não prescrevem jamais e são transnacionais. Slobodan Milosevic e Augusto Pinochet são exemplos históricos. Façamos nossa parte”, disse.

PLANALTO PERDEU NA TENTATIVA DE BARRAR INQUÉRITO. E O SUPREMO DESCARTOU A ÚLTIMA FICHA DOS GOVERNISTAS: RETIRAR RENAN DA RELATORIA DA CPI

Ex-presidente do Senado e preterido em 2019 para ser conduzido à mesa diretora numa manobra urdida dentro do Planalto, o parlamentar parece decidido a investir contra os interesses do Planalto. E enviou recados ao General Pazuello, apontado pelos senadores como um dos principais alvos da investigação. “No pior dia da Covid, em apenas quatro horas o número de brasileiros mortos foi igual a todos que tombaram nos campos de batalha da Segunda Guerra”, comparou. “O que teria aconte-

cido se tivéssemos enviado um infectologista para comandar nossas tropas? Provavelmente um morticínio”.

Pelos próximos 90 dias, as investigações vão avançar. A ideia dos parlamentares que integram a comissão é vasculhar documentos oficiais, apurar responsabilidades e trilhar os caminhos administrativos percorridos pelo governo federal que trouxeram o país à presente situação. Tudo para esclarecer as motivações e como o comportamento de autoridades do governo funcionaram para agravar a pandemia no Brasil, hoje o segundo maior epicentro de infecções da Covid no planeta.

Criada após decisão do Supremo Tribunal Federal, a CPI investigará ações e omissões de Bolsonaro e do governo na pandemia. Formada por 11 integrantes, com minoria de governistas, a CPI precisa dar respostas ao país. E elas virão. “É impossível esquecer todos os dias fúnebres em mais de um ano de pandemia, mas é impossível apagar abril, o mês mais mortal, e o dia 6 de abril, com uma morte a cada 20 segundos”, diz Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI. “Esses números superlativos merecem uma reflexão, merecem um minuto de silêncio”.

“Vamos reconstruir os erros dessa tragédia desde o início”, avisa o senador Humberto Costa (PT-PE). “Precisamos entender como foi construída essa falência de gestão que nos trouxe à maior crise sanitária da história”. A tarefa será dura, mas o próprio governo forneceu já muitas pistas – entregou de pronto um relatório com 23 pontos que são praticamente um atestado de culpa – leia *Tabajara: Casa Civil entrega todos os podres do governo Bolsonaro*, à página 13.



EXPERIÊNCIA O relator Renan Calheiros (MDB-AL) e Humberto Costa (PT-PE) compõem a linha de frente na CPI e querem uma investigação profunda sobre a desastrosa condução da pandemia no Brasil. “O país tem o direito de saber quem contribuiu para as milhares de mortes e eles devem ser punidos imediata e emblematicamente”, diz o alagoano

Às vésperas da instalação da CPI, na segunda-feira, 26, o General Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil da Presidência passou aos ministérios uma tarefa: reunir justificativas que ajudassem o governo a fazer a defesa de Bolsonaro perante o Senado. Para organizar o trabalho, foi feita uma tabela listando 23 acusações cometidas pelo governo ao longo da pandemia. O documento é a confissão de culpa do Planalto pela morte de mais de 400 mil brasileiros em decorrência do novo coronavírus.

O relatório veio à tona em reportagem do jornalista Rubens Valente, do Uol. A surpreendente estratégia do Planalto deixou perplexos até experientes senadores da oposição na CPI. “É uma confissão de crimes”, aponta Humberto Costa (PT-PE). “Os fatos são evidentes e gritantes. Não tem como negar as coisas que eles mesmos tratam”.

Vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também ficou estarelecido. “É um

caso único de delação precoce”, ironizou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). “Tem um roteiro ali que a CPI tem de pegar e investigar. Eles contribuíram com um roteiro a ser seguido por nós”.

“O mundo inteiro sabe o que o governo Bolsonaro fez e não fez. Agora, vamos responsabilizá-lo”, promete Humberto. O ex-ministro da Saúde no governo Lula é titular da comissão e um dos mais experientes líderes políticos do Congresso ao lado do relator.

Na semana em que o Senado instalava a CPI para investigar a conduta do Chefe da Nação e a responsabilidade do governo pela condução desastrosa da pandemia, os sinais de caos se espalharam. Faltam ainda vacinas e medicamentos, o Ministério da Saúde permanece perdido na gestão da crise e a Agência Nacional de Vigilância da Saúde (Anvisa), numa decisão suspeita e mal-explicada, simplesmente decidiu proibir a importação da vacina russa Sputnik-V.

Tudo será apurado pela CPI,

QUEM INTEGRA A CPI

OPOSIÇÃO E INDEPENDENTES

Humberto Costa (PT-PE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Renan Calheiros (MDB-AL), Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Eduardo Braga (MDB-AM)

GOVERNISTAS

Jorginho Mello (PL-SC), Eduardo Girão (Podemos-CE), Marcos Rogério (DEM-RO) e Ciro Nogueira (PP-PI)

SUPLENTE

Jader Barbalho (MDB-PA), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Angelo Coronel (PSD-BA), Marcos do Val (Podemos-ES), Zequinha Marinho (PSC-PA), Rogério Carvalho (PT-SE) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE)

mas os sinais da confusa gestão estão evidentes. E não cessaram com a saída de Pazuello. Um exemplo ocorreu na semana passada, quando as vacinas faltaram em 18 estados e no Distrito Federal. Enquanto os brasileiros sofriam na fila, particularmente pela falta de imunizante, o Ministério da Saúde informou ter 'encontrado' mais 100 mil doses de CoronaVac em seu estoque, guardados num depósito alugado no Aeroporto de Guarulhos. Isso por si só mostra a falta de gestão na trágica condução da pandemia.

E ocorre justamente quando faltam vacinas no país e a campanha de imunização segue claudicante e falhando. Governadores e prefeitos correm de um lado para o outro atrás de medicamentos, mas o fato é que o descontrole administrativo brasileiro aliado à crescente onda da Covid-19 na Ásia e nas Américas, mantém a vacina como bem escasso e difícil de ser adquirido no mercado internacional.

Algumas iniciativas mostram caminhos promissores - o Senado aprovou a suspensão temporária das patentes das vacinas, o Consórcio do Nordeste recorreu da decisão da Anvisa, mas os entraves continuam sendo justamente Bolsonaro e seus aliados na máquina pública. Um exemplo de conduta fora da lei do presidente se dá na insistência em recomendar o uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento do coronavírus. A simples existência do kit covid já é prova da criminosa atuação do governo federal. Outras estão espalhadas pelo noticiário de março de 2020 para cá. A CPI está nessa trilha. •



Sérgio Lima

TABAJARA: CASA CIVIL ENTREGA TODOS OS PODRES DO GOVERNO BOLSONARO

A lista de acusações que pesam contra o Planalto na condução da pandemia segundo a Casa Civil

1. O governo foi negligente com processo de aquisição e desacreditou a eficácia da Coronavac
2. O governo minimizou a gravidade da pandemia
3. O governo não incentivou a adoção de medidas restritivas
4. O governo promoveu tratamento precoce sem evidências científicas comprovadas
5. O governo retardou e negligenciou o enfrentamento à crise no Amazonas
6. O governo não promoveu campanhas de prevenção à Covid
7. O governo não coordenou o enfrentamento à pandemia em âmbito nacional
8. O governo entregou a gestão do Ministério da Saúde, durante a crise, a gestores não especializados
9. O governo demorou a pagar o auxílio-emergencial
10. Ineficácia do PRONAMPE - programa de crédito
11. O governo politizou a pandemia
12. O governo falhou na implementação da testagem
13. Falta de insumos diversos - kit intubação
14. Atraso no repasse de recursos para os Estados destinados à habilitação de leitos de UTI
15. Genocídio de indígenas
16. O governo atrasou na instalação do Comitê de Combate à Covid
17. O governo não foi transparente e nem elaborou um Plano de Comunicação de enfrentamento à Covid
18. O governo não cumpriu as auditorias do TCU durante a pandemia
19. Brasil se tornou o epicentro da pandemia e 'covidário' de novas cepas pela inação do governo
20. General Pazuello, General Braga Netto e diversos militares não apresentaram diretrizes estratégicas para o combate à Covid
21. O presidente Bolsonaro pressionou Mandetta e Teich para obrigá-los a defender o uso da hidroxicloroquina
22. O governo federal recusou 70 milhões de doses da vacina da Pfizer
23. O governo federal fabricou e disseminou fake news sobre a pandemia por intermédio do seu gabinete do ódio

SENADO QUEBRA PATENTES PARA ENFRENTAR A COVID

Projeto do senador Paulo Paim passa no plenário do Senado por 55 votos a 19 e abre caminho para o Brasil produzir medicamentos e vacinas para enfrentar a pandemia. Proposta vai para a Câmara

Em meio à tragédia dos mais de 401 mil mortos no Brasil pela omissão e negligência do governo, o Senado tomou decisão importante para o enfrentamento da pandemia. O plenário aprovou projeto que permite a suspensão da proteção de patentes para vacinas de Covid-19. O projeto original é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que comemorou a decisão. “É preciso esperar, juntar sonhos, caminhar ao lado, salvar vidas. Passamos os 400 mil óbitos. A licença de patente de vacinas contra a Covid-19 é urgente”, disse.

A proposta aprovada pelo Senado entra em sintonia com o clamor internacional pela ampliação da campanha de vacinação em todo o mundo. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, tem sido pressionado a apoiar a mesma iniciativa de forma a permitir acelerar a vacinação dos povos. O próprio Papa Francisco tem feito apelos a líderes mundiais para que adotem a medida como forma de dar celeridade à vacinação em todos os países.

“Mais de 80 países já são favoráveis à quebra para assegurar a produção de vacinas em larga escala”, lembrou o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). “É uma demanda global e deve ser avaliada com responsabilidade”. O senador potiguar destacou que o Brasil, como um dos epicentros da pandemia, tem pressa. “A quebra de patentes poderá levar

à ampliação da oferta de vacinas com o aumento da capacidade instalada”, destacou. “Não podemos ficar de braços cruzados e dependentes da inércia de Bolsonaro diante da redução constante de doses disponíveis”.

O projeto foi aprovado na noite de quinta-feira, 29, por maioria folgada dos senadores e suspende a proteção de patentes para vacinas, testes e medicamentos para Covid durante a pandemia. A proposta foi enviada agora à Câmara dos Deputados para apreciação e possíveis emendas. “O objetivo é agilizar a produção de vacinas para acelerar as inoculações”, explica Paim. “É hora de votarmos pela vida, com vacinas para todos. A única ponte concreta para atravessar a pandemia é a vacina. Vidas não têm preço”.

A proposta original do senador gaúcho foi alterada pelo relator Nelson Trad (PSD-MS). O projeto

de Paim (PT-RS) dispensava o Brasil de cumprir – enquanto durasse a situação de emergência provocada pelo coronavírus – exigências adotadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips). O substitutivo de Trad retirou essa previsão, mas o próprio Paim apoiou a alteração.

“A suspensão temporária de patentes das vacinas e dos medicamentos contra a Covid-19 é urgente e essencial para conseguirmos vacinar toda a população”, disse Paim. “Se não fizermos isso, no ano que vem ainda estaremos chorando para ver se vamos ter vacinas no mercado internacional. Precisamos salvar vidas, retomar as atividades, gerar empregos”.

A pressão pela quebra de patentes – que não contou com o apoio do governo Jair Bolsonaro – é um clamor em todo o mundo. Só negacionistas como o presidente brasileiro têm se posicionado contra. A própria Casa Branca está avaliando opções para maximizar a produção e a oferta global de vacinas da Covid-19 ao custo mais baixo possível, incluindo apoiar uma proposta para a quebra de patente dos imunizantes. A decisão pode vir a ser tomada nas próximas semanas. •

Alessandro Dantas

APOSTA DE PAIM

“A única ponte concreta para atravessar a pandemia é a vacina. Vidas não têm preço”



A PRIVATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO E O GOVERNO BOLSONARO

Diante da declaração escandalosa de Paulo Guedes – “Vamos tirar o Estado do povo brasileiro” – é urgente o povo recuperar o controle sobre o orçamento público

Gleisi Hoffmann* e Bruno Moretti**

O Orçamento de 2021 demonstra a lógica do governo atual: de um lado, o mercado pressiona pela redução de serviços públicos por meio do Teto de Gastos, mesmo no contexto de pandemia. De outro, o orçamento para políticas públicas essenciais é substituído por gastos sem critérios, controlados pelo relator.

Ainda que sob a vigência da Emenda Constitucional 95, o Orçamento de 2021 prevê emendas de relator no total de R\$ 18,5 bilhões. Para acomodá-las, foram subestimadas despesas obrigatórias, que serão recompostas por meio de projeto de lei. Para tanto, foram cancelados R\$ 11,9 bilhões em emendas não impositivas e reduzidos cerca de R\$ 17 bilhões de despesas discricionárias do Executivo. Ao todo, foram cortados R\$ 29 bilhões.

O teto de gasto e o clientelismo no uso do recurso público terão como contrapartida imediata o prejuízo à população, especialmente diante da redução de serviços públicos. O MEC sofrerá cortes de quase R\$ 4 bilhões, prejudicando o funcionamento de universidades e institutos federais de educação profissional e tecnológica.

O Ministério da Saúde perdeu R\$ 2,2 bilhões nos cortes anuncia-

dos. O recurso de combate à pandemia na saúde sofreu redução de R\$ 41 bilhões, cotejando-se os valores aplicados em 2020 e a LOA 2021. Mesmo com o recrudescimento da pandemia, haverá menos recursos para a manutenção de leitos, compras de insumos e contratação de profissionais de saúde.

A contração fiscal em 2021 praticada pelo Brasil não tem paralelo no resto do mundo. Diante da retomada das regras fiscais, o auxílio emergencial não foi pago

**OS GASTOS EXTRAS,
SUPERIORES A
R\$ 520 BILHÕES,
MOSTRAM QUE
AO BRASIL NÃO
FALTAM RECURSOS,
MAS SOBRAM
REGRAS FISCAIS
ARTIFICIAIS**

em todo o primeiro trimestre. O auxílio em 2021 terá valor e cobertura menores do que em 2020, excluindo mais de 20 milhões de pessoas. É possível conceder um auxílio de R\$ 600.

Os gastos extraordinários de 2020, superiores a R\$ 520 bilhões, mostraram que ao Brasil não faltam recursos, mas sobram regras fiscais artificiais que limitam a ação do Estado. O aumento da dívida não implicou elevação significativa do custo de emissão dos títulos.

A tese do país quebrado não passa de subterfúgio para a imposição de políticas de austeridade que reduzem o Estado e abrem espaço para a mercantilização de serviços.

No governo Bolsonaro, os fundos públicos foram definitivamente apropriados pelas elites econômicas e políticas, configurando uma espécie de privatização do orçamento. De um lado, o teto de gasto atende às expectativas do mercado e aponta para um ajuste fiscal permanente. De outro, há destinação de recursos crescentes para atender a interesses fisiológicos que não guardam relação com as demandas da população por serviços públicos. É urgente o povo recuperar o controle sobre o orçamento público. •

* Deputada Federal pelo Paraná, é presidenta nacional do PT.

** Economista e assessor da Liderança do PT no Senado Federal.



Ricardo Stuckert

LULA: “VAMOS DAR A VOLTA POR CIMA”

Ex-presidente vende esperança no ato do 1º de Maio Pela Vida, Democracia, Emprego, Vacina para todos e pelo Auxílio Emergencial de R\$ 600, convocado pelas centrais sindicais. Ao lado de Dilma e Chico Buarque, junto com CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical, Pública e CGTB, o líder político diz que é hora de renovar a fé e lutar pela reconstrução do país. “Nós já construímos uma vez esse Brasil. E juntos vamos construir de novo”, disse

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um apelo ao povo para que não perca a fé e a esperança mesmo nesses tempos duros em que a morte ronda a nação e o desemprego atinge mais de 14,5 milhões de trabalhadores. “Minha indignação diante de tanta injustiça é muito grande. Mas ainda maior que a indignação é a minha confiança no povo brasileiro. Ele é maior do que essa gente que está destruindo nosso país. O Brasil vai dar a volta por cima. Não podemos perder a esperança”, disse Lula, durante o ato do 1º de Maio Pela Vida, Democracia, Emprego, Vacina para todos e pelo Auxílio Emergencial de R\$ 600, convocado pelas centrais sindicais no último sábado, 1º de Maio.

“A primeira coisa que nossos inimigos tentam matar em nós é a esperança. E um povo sem esperança está condenado a aceitar migalhas, a ser tratado como gado a caminho do matadouro, como se não houvesse outro jeito”, advertiu o ex-presidente. “Nós já provamos que existe outro jeito de governar. Que é possível garantir a cada trabalhador e a cada trabalhadora o salário digno, a segurança da carteira assinada, o 13º, as férias remuneradas para descansar ou viajar com a família”, lembrou Lula.

A ex-presidenta Dilma Rousseff foi na mesma linha: “É justamente quando a situação é mais difícil que devemos ter esperança, resistir e lutar”, disse em seu pronunciamento. “O povo vai lembrar que no governo do ex-presidente Lula e no meu governo nós criamos 19,4 milhões de empregos formais, chegamos ao menor desemprego da história - 4,8 % em 2014 -, a renda média do trabalho subiu 18% em termos reais, e o salário mínimo teve aumento real de 77,2%”, disse Dilma.

“É preciso acreditar que o Brasil pode voltar a ser um país de todos. Com geração de empregos, salários dignos e direitos reconquistados. Com saúde e educação públicas de qualidade. Um país de livros em vez de armas, de respeito ao meio ambiente e às minorias, do amor em vez do ódio”, declarou. “Nós já construímos uma vez esse Brasil. E juntos vamos construir de novo”, concluiu o ex-presidente antes de arrematar: “Trabalhadores: lutar sempre, desistir jamais”.

Lula denunciou que o Brasil tem hoje mais de 14 milhões de desempregados e 6 milhões de brasileiros desistiram de procurar trabalho, porque sabem que não vão encontrar. “Trinta e oito milhões estão subempregados, sobrevivendo de bicos”, alertou o ex-presidente. “São, ao todo, 58

milhões de trabalhadores sobrevivendo em condições precárias”. E lembrou: por conta da Lava Jato, o Brasil perdeu R\$ 172 bilhões em investimentos. E deixou de recolher em impostos R\$ 50 bilhões.

Além de Lula e Dilma, participaram do ato virtual do 1º de Maio, convocado de forma unitária pelas centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical, Pública e CGTB, o cantor Chico Buarque, além de dezenas de líderes polí-

DILMA: “COM O PT, CRIAMOS 19,4 MILHÕES DE EMPREGOS FORMAIS E CHEGAMOS AO MENOR DESEMPREGO DA HISTÓRIA”

ticos, intelectuais e artistas. O ato de celebração do Dia Internacional do Trabalhador foi transmitido no sábado pela Rede TVT - a TV do Trabalhador - e pelas redes sociais e Youtube das centrais, sindicatos e partidos políticos.

Este é o terceiro 1º de Maio unitário realizado pelas centrais sindicais e o segundo consecutivo em formato virtual, em respeito ao isolamento exigido pela pandemia do novo coronavírus. Não é momento de aglomerações, mas sim de preservar vidas. O Brasil já ultrapassa as 400 mil mortes por

Covid-19, mas vacinou menos de 31 milhões de brasileiros e brasileiras até agora. Isso é menos de 15% da população.

“É muito importante que o movimento sindical brasileiro, dê exemplo, mostre para o Brasil e para o mundo que, principalmente diante da tragédia da pandemia e de um governo federal autoritário e genocida, nós superamos problemas, deixamos de lado as nossas diferenças, para defender a vida, a democracia, empregos, vacina, auxílio emergencial de R\$ 600”, disse o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre. “Não há tarefa mais importante à classe trabalhadora do que derrotar Bolsonaro, porque temos de fazer o Brasil retomar o caminho da democracia, do crescimento, do emprego de qualidade, dos direitos, das liberdades. Essa é uma pauta comum ao movimento sindical”.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, participou, assim como Guilherme Boulos (PSOL), o governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), Manuela D’Ávila (PC do B), Alessandro Molon (PSB), Iago Campos, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); João Paulo Rodrigues, da direção do MST e da Frente Brasil Popular.

Também estiveram presentes parlamentares e líderes de partidos, que são contra o negacionismo e apoiam a luta das centrais pela vacina e auxílio emergencial de R\$ 600. Dezenove entidades sindicais internacionais, como FSM, CSI e CSA, e nacionais, como a CNBB, enviaram mensagens. Artistas também se apresentaram ou mandaram depoimentos: Chico Buarque, Elza Soares, Chico César, Teresa Cristina, Delacruz, Johnny Hooker, Marcelo Jeneci, Odair José, Aíla, Renegado, Bia Ferreira, Doralyce; Osmar Prado, Gregório Duvivier, Spartakus, Lirinha, Tereza Seibitz, Elen Oleria, Paulo Betti. •

AS MENTIRAS NEOLIBERAIS E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

No Brasil de hoje, a massa salarial está reduzida, a força de trabalho está fracionada, o acesso do trabalhador à Justiça está restrito. Tudo fruto das reformas que só trouxeram desemprego e desigualdade

Por Elvino Bohn Gass *

Desde o Golpe de 2016, só pioram as condições da classe trabalhadora brasileira. Foram aprovadas a terceirização indiscriminada, a chamada reforma trabalhista e, com o governo militar atual, uma reforma previdenciária que praticamente extinguiu no país o direito à aposentadoria. Os três maiores ataques contra a classe trabalhadora brasileira em tempos democráticos.

Para justificar a precarização de direitos, o governo, patrões e suas bases políticas luxuosamente auxiliadas por grande parte da mídia empresarial, mentiram ao povo brasileiro. Torraram milhões de reais em propagandas para dizer que as “reformas” iriam gerar investimentos e novos empregos. Ao contrário, o país assiste a uma trágica explosão do desemprego.

Agora, usam a pandemia para justificar o atoleiro econômico e social atual, provocado por políticas neoliberais e elitistas que estão sendo sepultadas mundo afora, a começar pelos Estados Unidos, a meca do capitalismo. Antes da pandemia, no início de 2020, já havia mais de 12 milhões de desempregados no Brasil. Já se passavam, então, mais de 30 meses da reforma trabalhista. Agora, já passam de 14,5 mi-

**PARA JUSTIFICAR
A PRECARIZAÇÃO
DE DIREITOS,
O GOVERNO,
PATRÕES E GRANDE
PARTE DA MÍDIA
EMPRESARIAL
MENTIRAM AO
POVO BRASILEIRO**

lhões de desempregados e mais de 60 milhões de pessoas na informalidade.

As poucas vagas abertas sob a égide da “nova” legislação aconteceram de forma precária, com redução dos níveis de renda do trabalhador e mais exploração. Esse era o objetivo da mudança: enterrar a Consolidação das Leis Trabalhistas e os sindicatos para explorar à vontade os trabalhadores.

Não foi à toa que promoveram também o enfraquecimento dos sindicatos, atacando diretamente

suas fontes de financiamento. O resultado é lamentável: absoluto desequilíbrio nas negociações entre patrões e empregados. Tanto que o Brasil foi parar na “lista suja” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um dos países que mais desrespeita os direitos do trabalhador em todo o mundo.

No Brasil de hoje, a massa salarial está reduzida, a força de trabalho está fracionada, o acesso do trabalhador à Justiça está restrito. O salário mínimo está congelado e perde aceleradamente poder de compra diante da carestia descontrolada.

Mesmo considerando mudanças nos padrões de produção e novas bases tecnológicas, o fato é que o trabalhador, cinco anos depois do Golpe, está hoje desprotegido e empobrecido. O resultado é uma concentração de renda ainda maior e aprofundamento da praga chamada desigualdade social e de renda.

Cabe às forças democráticas e progressistas, junto com movimentos sociais e sindicais, lutar para reafirmar os direitos de quem trabalha. Uma sociedade justa só será alcançada quando quem produz a riqueza possa dela usufruir. •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é o líder do PT na Câmara dos Deputados.

PRIMEIRO DE MAIO: TEMPO DE LUTA E RESISTÊNCIA

O Brasil tem hoje mais de 14 milhões de desempregados e mais que o dobro de subempregados. Mas o desgoverno que aí está não se movimenta para pagar o auxílio emergencial digno de R\$ 600 para o povo

José Guimarães *

Em mais um 1º de maio sob o catastrófico governo Bolsonaro, nada temos para comemorar. A ausência de políticas públicas voltadas à classe trabalhadora nos exige olhar vigilante e muita luta para barrar os retrocessos causados pela política de retirada de direitos sociais e trabalhistas cada vez mais avassaladora.

Jair Bolsonaro, o genocida, está cada vez mais empenhado em estabelecer o caos e sepultar direitos. O Brasil, hoje, tem mais de 14 milhões de desempregados e mais que o dobro de subempregados, mas o desgoverno que aí está não se movimenta para pagar auxílio emergencial digno, deixando 61 milhões de pessoas na pobreza. Ao contrário, contenta-se com a iniquidade de um país que volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas.

A fome voltou ao Brasil. A base do prato feito, arroz e feijão subiram mais de 60% em um ano, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A carne subiu mais de 30% no período, obrigando milhões a substituir o alimento por ovo. O gás de cozinha está na casa dos R\$ 100,00. Quando é possível ter o que comer, muitos ainda pre-

“OS PLANOS DE GUEDES, PINOCHETISTA, TRIUNFAM COM O AVANÇO DE PROJETOS DESASTROSOS PARA OS TRABALHADORES

cisam escolher qual das refeições fazer.

Os brasileiros não suportam mais tamanha penúria. O capitão-presidente castiga o povo brasileiro sem um plano coordenado de combate à pandemia. Não se empenhou quando deveria para comprar vacinas. Agora, o povo se vê obrigado a se arriscar desrespeitando o distanciamento social e outras recomendações de médicos e especialistas. Sem trabalho e sem auxílio justo, homens e

mulheres são obrigados a escolher se morrem de fome ou por Covid-19.

Irresponsável e negacionista, Bolsonaro está mais preocupado em justificar o injustificável na CPI da Covid. Os planos de Paulo Guedes, o ministro da Economia pinochetista, triunfam com o avanço de projetos desastrosos para a classe trabalhadora. Reforma Administrativa e venda de empresas públicas como Correios e Telégrafos e Eletrobras alimentam o delírio neoliberal de um governo genocida, fascista e omissivo com a dor da população que chora pelos 400 mil mortos por Covid-19.

O Congresso silencia diante dos crimes de responsabilidade cometidos por Bolsonaro e negligencia os mais de 100 pedidos de impeachment. Precisamos continuar a denunciar a catástrofe sanitária e hospitalar ao mundo e fortalecer a frente para barrar o genocídio. Trabalhadoras e trabalhadores, mais do que nunca, precisam se organizar!

Vamos construir, juntos, sob a liderança e o legado de Lula, um novo ciclo de esperança para o povo sofrido que, diariamente, é esquecido por Bolsonaro. Vamos à luta! •

* Deputado federal pelo Ceará, é vice-líder da Minoria na Câmara e vice-presidente nacional do PT.



**É PRECISO ENTERRAR
O NEOLIBERALISMO**

Nos Estados Unidos, Biden promove mudanças profundas, com medidas econômicas e sociais que implicarão expansão de US\$ 5,4 trilhões nos gastos federais nesta década. No Brasil, a agenda econômica segue interdita pelo ideário austericida que aprofunda a crise econômica e amplia as desigualdades sociais

Aloizio Mercadante * e Marcelo Zero **

A História não necessariamente precisa repetir-se como tragédia ou farsa. Em algumas circunstâncias, ela pode repetir-se como êxito. É o caso, por exemplo, dos pacotes de estímulos que Joe Biden pretende implantar nos Estados Unidos. Trata-se do mais ambicioso plano econômico desde o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt.

Com efeito, quando analisado em conjunto com uma série de medidas adicionais, verifica-se que o chamado Plano Biden é também um projeto de grande alcance, que se espalha por todas as áreas relevantes, tanto econômicas quanto sociais. No último dia 28, Biden anunciou o *Families Plan*, que aumenta os investimentos públicos na área social em US\$1,8 trilhão.

Ele não tem a mesma profundidade do *Green New Deal* proposto por Bernie Sanders, mas, mesmo assim, representa avanço muito significativo. Tampouco trata do problema central do capitalismo: a financeirização perversa da economia real. Mas o que Biden propõe não é apenas uma pequena reforma. É, para os padrões extremamente conservadores dos EUA das últimas décadas, uma mudança de paradigma. Caso seja exitoso, o plano significará o abandono do neoliberalismo radical e hegemônico desde Ronald Reagan e da austeridade fiscal pró-cíclica.

Obviamente, o Plano Biden, assim como o *New Deal* de Roosevelt, visa socorrer o capitalismo norte-americano em crise. E, no primeiro caso, criar as condições para os EUA se reposicionarem na disputa geoestratégica marcada pela consistente e acelerada ascensão da China, que avança para ocupar o lugar de maior economia do planeta.

Da mesma forma, é preciso considerar que o plano se refere às políticas internas. Em política externa, a administração Biden permanece muito conservadora, mantendo a maioria dos objetivos da administração anterior,

embora com métodos mais brandos do que os de Donald Trump.

Nesse sentido, Biden deverá manter a mesma atitude hostil contra Venezuela, Irã, China, Rússia e quaisquer outros países que sejam vistos como ameaças aos interesses norte-americanos. Seu principal objetivo geopolítico é o de tentar reafirmar a ameaçada hegemonia dos EUA, num cenário mundial crescentemente conflitivo e incerto.

Em relação especificamente ao Brasil é à América Latina, a diretriz de Biden será a de manter a região como zona de influência exclusiva dos EUA, em linha com a histórica Doutrina Monroe. Isso implicará fragilização do processo de integração regional soberano e o eventual novo uso do *lawfare* e outros mecanismos contra governos que não se alinhem aos interesses dos EUA na região.

Isso, no entanto, não elimina os avanços sociais. Ao contrário, assim como no *New Deal*, há no Plano Biden, bem como em várias medidas adicionais previstas em seu governo, o reconhecimento explícito de que a crise não será superada e os EUA não poderão voltar a ser competitivos, se não reconstituírem sua classe média, distribuírem renda, eliminarem a pobreza, gerarem empregos decentes e sindicalizados, assegurarem direitos trabalhistas e investirem em serviços públicos e no Estado de Bem-Estar.

**O PLANO BIDEN
NÃO TEM A MESMA
PROFUNDIDADE DO
GREEN NEW DEAL
PROPOSTO POR
BERNIE SANDERS,
MAS, AINDA ASSIM,
É UM AVANÇO
SIGNIFICATIVO**



Fozie B sobre foto de arquivo

ASSIM COMO NO NEW DEAL, DE ROOSEVELT, BIDEN TENTA SOCORRER O CAPITALISMO EM PROFUNDA CRISE, QUE NÃO SERÁ SUPERADA SEM AJUDA DO ESTADO

Por isso, a proposta de Biden visa explicitamente reverter a tendência de concentração de renda e patrimônio, erosão das classes médias, fragilização da classe trabalhadora, aumento da pobreza e de eliminação do Estado de Bem-Estar que se verifica nos EUA desde o final da década de 1970 do século 20.

O Plano Biden procura reabilitar a política fiscal e a emissão de dívida pública como essenciais para a recuperação e reconstrução imediata da economia americana. Distribui no tempo, por um prazo de oito anos, o endividamento e, com base nessa flexibilidade macroeconômica, fundamenta os investimentos iniciais.

Assim como o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, anunciado pelo PT em setembro do ano passado – e largamente ignorado pela mídia nacional –, o Plano Biden, que

causa frisson na imprensa local, tem dimensão emergencial – a da reconstrução – e uma de médio e longo prazo – a da transformação.

Em primeiro lugar, há o chamado *America Rescue Plan*, mais concentrado na emergência, que já é lei e prevê investimentos de US\$ 1,9 trilhão.

Embora o CARES Act de Donald Trump tenha sido até maior – US\$ 2,2 trilhões –, ele reservou apenas US\$ 500 bilhões para os cidadãos. O resto das despesas não comprometidas com gastos para a compra de vacinas foi quase todo para ajuda a empresas, inclusive as grandes corporações. Ademais, o CARES Act muito foi aperfeiçoado pelo Congresso, em negociações com os Democratas. Ao final do ano, Trump quis reduzir os cheques para apenas US\$ 600, no que foi rechaçado pelo Democratas, que queriam cheques de US\$ 2 mil.

Agora, boa parte do estímulo, cerca de 1 US\$ trilhão, é para ajuda direta aos cidadãos. Além dos cheques de US\$ 1.400 para os cidadãos – um super auxílio emergencial –, há a extensão do seguro-desemprego, o auxílio para pagamentos de aluguéis, o fortalecimento do sistema de distribuição de alimentos gratuitos, entre outras políticas sociais.

Além disso, há investimentos emergenciais para a produção e comercialização de vacinas, expansão da testagem sobre o coronavírus, contratação de 100 mil novos empregados no setor de saúde, gastos substanciais em educação para permitir a abertura das escolas, ajuda para que estados e cidades possam manter os serviços públicos, linhas facilitadas de crédito para pequenas e médias empresas, claramente colocando a geração de emprego e renda no centro da política econômica.

Os investimentos são de tal ordem, que a maioria dos bancos e das agências de risco projeta um crescimento da economia norte-americana entre 7% e 8,5% já para este ano.

Mas há, ainda, uma segunda parte do plano, mais focada no médio e longo prazo, que visa transformar profundamente os cenários da economia e da sociedade norte-americanas. Trata-se do *Build Back Better* ou *America Jobs Plan*, que prevê investimentos da ordem de US\$ 2,3 trilhões em infraestrutura, educação, seguridade social, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e energia limpa. Esses investimentos estatais aportariam um crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,2% entre 2022 e 2024 e de 2,9% entre 2024 e 2030.

Com tais investimentos seriam gerados 18,6 milhões de empregos “decentes e sindicalizados”. E, já em 2022, a taxa de desemprego pode vir a ficar em cerca de 4%.

Esse grande programa contracíclico e “desenvolvimentista” não se limita a reformar a infraestrutura já existente. Boa parte desses investimentos serão destinados a áreas “portadoras de futuro”. Por isso, estão previstos grandes investimentos na transição ambiental e energia limpa, novos sistemas de transporte, banda larga

e inclusão digital, novas tecnologias de comunicação e informática, educação, ciência, tecnologia e inovação de um modo geral. Há o sólido fomento para a destruição criadora, no impulso da economia ambientalmente sustentável de baixo carbono.

Com o intuito de fortalecer essas áreas, serão investidas grandes somas, no valor de US\$ 400 bilhões, em compras governamentais direcionadas. Tudo isso já foi divulgado.

Mas são os investimentos na área social que mais chamam a atenção. Em educação, o Plano Biden promete, em primeiro lugar, perdoar a dívida estudantil, a segunda maior dívida das famílias dos EUA, atrás apenas das hipotecas. Será um alívio financeiro imenso para estudantes e suas famílias. Hoje, muitos estudantes acabam desistindo de fazer ou completar cursos universitários para não terem de se endividar pelo resto da vida.

Não bastasse, Biden promete ensino público e gratuito nas universidades para aqueles estudantes que venham de famílias que tenham renda de até US\$ 125 mil por ano.

A combinação do perdão e limitação dos pagamentos das dívidas estudantis com cursos universitários gratuitos representa um poderoso estímulo para a

educação superior, a competitividade geral da economia, o desenvolvimento científico-tecnológico e a diminuição das desigualdades sociais e raciais. Esta é uma dimensão essencial para impulsionar a economia do conhecimento e promover a inclusão social.

Na área da saúde, Biden vai expandir o Medicare, programa de atendimento gratuito à saúde, criado por Obama para idosos (mais de 65 anos) e famílias pobres. Biden quer que todos os americanos com mais de 60 anos façam parte do programa. Ademais, o democrata quer expandir também o Medicaid, programa de planos de saúde a preços módicos para 97% dos não atendidos pelo Medicare.

Não seria ainda um sistema público universal, mas trata-se de um sistema híbrido que poderia levar grande alívio, inclusive financeiro, às famílias norte-americanas. Afinal, nos EUA muitas hipotecas são feitas para poder pagar caríssimos tratamentos de saúde. Há uma nova dimensão para o fomento da economia de cuidados, educação, saúde e segurança pública.

Biden também investirá na indústria de genéricos, numa regulação mais estrita dos planos privados de saúde e no controle do abuso dos preços de medicamentos e procedimentos.

Em medida adicional ao plano, Biden pretende dobrar o salário-mínimo dos EUA, que passaria de pouco mais de US\$ 7 por hora para US\$ 15 por hora trabalhada. Dessa forma, cerca de 40 milhões de trabalhadores norte-americanos poderão vir a dobrar a sua renda.

A Casa Branca também tem pronto o projeto de lei do *Protecting the Right to Organize (PRO) Act*, que busca facilitar a organização dos trabalhadores e expandir a sindicalização. Hoje, os EUA tem níveis muito baixos de trabalhado-



res sindicalizados: cerca de 7% da força de trabalho.

A criação de empregos decentes, de boa remuneração e sindicalizados (union jobs) está no cerne da estratégia de Biden para reconstituir a classe média dos EUA e constituir novamente uma classe trabalhadora afluyente e com bom poder de barganha.

Nesse campo, há várias outras medidas que expandem direitos trabalhistas. Assim, há o *Paycheck Fairness Act* para garantir que as mulheres sejam pagas igualmente por trabalho igual e projetos que asseguram o pagamento por dias de ausência por doença e 12 semanas de licença familiar e médica remunerada.

Uma das mudanças importantes são as sinalizações na política monetária, onde constata que nos últimos 10 anos a inflação estiveram abaixo da meta de 2%, e agora poderão tolerar patamares de até 2,5% para conter a taxa de juros e estimular o crescimento e a geração de empregos.

O plano também reabilita a política industrial como parte essencial da estratégia de relançamento da economia dos EUA.

O pacote de Biden e esse outro grande leque de medidas econômicas e sociais implicarão expansão de US\$ 5,4 trilhões de gastos federais nesta década. Para financiar essa expansão, Biden apresentou um novo código tributário mais progressivo para contribuintes individuais e um aumento na alíquota de imposto corporativo de 21% para 28%. Mas a reposição da taxa das empresas aos níveis anteriores é apenas uma parte da arrecadação necessária para financiar os investimentos previstos.

A lista de propostas de aumento de impostos para os ricos inclui também, entre outras medidas: 1) aumentar da alíquota máxima de imposto de renda de 37% para 39,6%; 2) tributar integralmente ganhos de capital e dividendos

para aqueles com renda anual acima de US\$ 1 milhão; 3) aplicar um imposto sobre a folha de pagamento da Previdência Social para aqueles que ganham mais de US\$ 400 mil por ano.

Ele também propõe a cobrança de uma "sobretaxa de offshoring" de 10% sobre a receita da produção de bens ou serviços produzidos no exterior, mas vendidos nos EUA por empresas americanas.

Contudo, o mais importante não é isso. No campo tributário, a proposta mais relevante de Biden

BIDEN QUER AUMENTAR IMPOSTOS PARA OS RICOS: ALÍQUOTA DE 39,6% E TAXAR OS GANHOS DE CAPITAL E DIVIDENDOS DOS MILIONÁRIOS

é a criação de um imposto internacional mínimo de 21% sobre os lucros de empresas multinacionais. O objetivo é impedir que as empresas transfiram sua produção ou sede legal para países que têm legislação fiscal frouxa. Dessa maneira, Biden, quer instituir um combate global e concatenado à evasão fiscal, à "maquiagem fiscal" e aos chamados "paraísos financeiros".

A proposta, em discussão no G20, permitiria arrecadação anual de US\$ 640 bilhões, e ensejaria a recuperação de um grande volume

de ativos desviados e sonegados.

Todas essas medidas, além de outras ainda em estudo, apontam, para uma revisão completa do chamado "modelo neoliberal" impulsionado pelo "Consenso de Washington", com seu Estado mínimo e as políticas pró-cíclicas a ele associadas. Isso para dizer o mínimo. Se Biden terá êxito na empreitada, é outra discussão. Resistências e recuos seguramente farão parte deste esforço abrangente de mudança de rota.

Na realidade, Biden e os Democratas estão apenas se somando a uma crescente opinião majoritária, até mesmo entre parcela dos conservadores, segundo a qual o modelo neoliberal e suas políticas tornaram-se disfuncionais às economias e sociedades.

A gravidade da crise desencadeada pela pandemia e a ascensão da China, que já voltou a crescer 18,3% neste último trimestre, aceleraram essa reversão de expectativas.

Há, entretanto, aqueles que acham que o capitalismo, em sua fase atual de acumulação, é intrínseca e inexoravelmente neoliberal.

Porém, a análise histórica do capitalismo demonstra, ao contrário, que esse sistema tem bastante flexibilidade e capacidade adaptativa. O *New Deal* de Roosevelt é prova disso. Afinal, as "leis econômicas" não são naturais. Elas são politicamente disputadas e historicamente construídas.

Independentemente do debate de fundo, o fato, cada vez mais evidente, é que o neoliberalismo se esgotou. Ou o capitalismo enterra o falido modelo neoliberal ou esse modelo enterrará politicamente o capitalismo como opção minimamente viável para assegurar a sobrevivência da natureza, da humanidade e das democracias.

Hoje, temos economias e sociedades em profunda crise. E modelos carcomidos e adoecidos. A solução – a vacina – é a volta da ação

substancial do Estado, com políticas econômicas e sociais robustas e transformadoras. O tratamento é o enterro do neoliberalismo.

John Mayard Keynes dizia: homens práticos, que se consideram isentos de quaisquer influências intelectuais, frequentemente são escravos de algum economista defunto. Nada demais. Há ótimos economistas defuntos, como o próprio Keynes.

No Brasil, entretanto, os homens que estão no poder continuam a ser escravos de ideias mortas e modelos falidos amplamente questionados lá fora. Ideias que tiveram seu auge nos 1980 e 1990 do século 20, mas que hoje não inspiram mais ninguém com bom senso e contato com a realidade. Aqui, sequer se admite a revisão temporária do modelo neoliberal e de suas políticas austericidas, na conjuntura de crise profunda, socialmente dramática e insustentável que o país vive.

Por tal razão, enquanto o Plano de Biden, que revisa conjuntural e estruturalmente o paradigma neoliberal, é saudado aqui como algo progressista e “desenvolvimentista”, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil apresentado pelo PT, que propõe, *mutatis mutandis*, algo semelhante e apresentado com antecedência, sequer entra no debate. Os grandes interesses do sistema financeiro envolvem os principais veículos da mídia brasileira altamente concentrada e oligopolizada.

No Brasil, não faltam apenas as vacinas médicas para salvar vidas. Falta mais democracia, pluralidade no debate e discussão aprofundada sobre alternativas. Estas sim são as vacinas políticas capazes de enterrear o neoliberalismo e salvar o país. •

* Economista, é presidente da Fundação Perseu Abramo e ex-ministro de Estado nos governos Dilma Rousseff (2011-2016). ** Sociólogo, é especialista em Relações Internacionais e assessor na Liderança do PT no Senado.



INSPIRADO Ao lado de Kamala Harris e Nanci Pelosi, o presidente dos EUA apresenta ao Congresso o mais ambicioso programa social em 80 anos

DEMOCRATA ANUNCIA UM AMBICIOSO PACOTE SOCIAL DE US\$ 1,8 TRILHÃO

Nos cem dias de governo, o presidente dos EUA lança o Plano das Famílias Americanas com investimento de bilhões em creches e universidades gratuitas

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, está conduzindo a maior expansão do governo americano em décadas, um esforço para usar US\$ 6 trilhões em gastos federais para enfrentar os desafios sociais e econômicos em uma escala nunca vista em meio século. Nos EUA e no mundo. Na quarta-feira, 28, no discurso ao Congresso Nacional, ao lado da vice Kamala Harris e da presidente da Câmara, Nancy Pelosi, Biden fez um balanço dos primeiros 100 dias no cargo e anunciou um novo pacote: o Plano das Famílias Americanas no valor de US\$ 1,8 trilhão.

A proposta ainda precisa ser aprovada pela Câmara e o Senado dos EUA, mas é radical e recria ampla política de bem-estar social, assegurando recursos para tentar reduzir a desigualdade. O Plano das Famílias Americanas se concentra nas crianças, e deve trazer à tona os tópicos de reforma policial e justiça racial, a crise climática e um enorme plano de infraestrutura

ra, unidade e imigração. O plano da Casa Branca vai investir bilhões em um programa nacional de creche, pré-escola universal, faculdade comunitária gratuita, subsídios de seguro saúde e redução de impostos para trabalhadores.

Se o plano for aprovado, cerca de US\$ 300 bilhões serão dedicados ao financiamento da educação, US\$ 225 bilhões para creches e outros US\$ 225 bilhões para subsidiar férias familiares. O programa reflete ideias progressistas, incluindo um programa nacional de licença familiar, que só recentemente foi adotado pelos legisladores democratas convencionais. Os EUA são a única nação rica que não tem uma política federal de licença-maternidade paga e faz parte de um grupo muito pequeno de países mais ricos que não oferecem licença-paternidade. o de Biden no Capitólio foi certo. “Temos que provar que a democracia ainda funciona”, disse. •

A stylized map of the United States in shades of blue and green. A prominent red line starts from the top left and points towards the East Coast, specifically towards Wall Street. At the top of the map, a white rectangular sign with a black border contains the text '← 22 51 WALL ST' in black. The sign is positioned as if it were a street sign on a map.

← 22 51
WALL ST

**AFINAL, QUEM É O
TAL “MERCADO” QUE
PRECISA SER ACALMADO?**

São os donos de bancos, de corretoras e os maiores gestores de fundos de investimento, que se auto intitulam “o mercado” e colocam o país de joelhos como refém

Por Eduardo Moreira *

Basta que alguma medida que proteja trabalhadores, redistribua renda ou ofereça algum tipo de benefício para as camadas mais pobres da população seja proposta que imediatamente uma chantagem covarde alegando que tal medida pode levar o “mercado” à ruína se inicia. Assustada pelas manchetes dos principais meios de comunicação e com medo do que a tal “piora do mercado” pode ocasionar em suas vidas, a opinião pública se coloca prontamente contra tais medidas, numa defesa inequívoca do tal “mercado” que sequer conhece, mesmo que isto signifique abrir mão de condições mais dignas e justas para (sobre)viver. Mas afinal de contas, quem é este tal mercado a quem aprendemos a defender com unhas e dentes?

Em tese, a expressão deveria se referir ao mercado de capitais, ambiente onde empresas e governos podem acessar investidores para buscar financiamento para seus projetos através da emissão de dívidas e ações (estas últimas, somente empresas). Em relação a este, não há dúvidas que deva ser saudável e funcionar adequadamente. Isto é benéfico para a economia dado que ajuda projetos a sair do papel, torna a economia mais competitiva e traz a atividade das maiores empresas do país para as discussões da sociedade, dado que empresas que participam do mercado (de capitais) precisam cumprir regras de governança e informar suas atividades com transparência.

Infelizmente, porém, não é a este mercado que as notícias se

referem, mesmo que as pessoas tenham dificuldade de perceber este fato. E a dica já vem na forma como as notícias são estruturadas. Percebam que a manchete sempre se refere ao tal “mercado” de maneira personificada. “Bolsonaro tenta **acalmar o mercado** e fala em independência do BC” (*Exame*, 22 de fevereiro de 2021), “Como Bolsonaro usa a Eletrobrás para **afagar o mercado**” (*Nexo*, 24 de fevereiro

**CUIDAR DA
ECONOMIA É
OUTRA COISA.
É CUIDAR DAS
PESSOAS. AQUELAS
ESQUECIDAS PELA
CHANTAGEM DESTE
TAL “MERCADO”
DE MENTIRA**

de 2021)... “A situação mudou de figura em junho, e **o mercado ficou nervoso** com a possibilidade de o PT chegar ao poder” (*Infomoney*, 30 de novembro de 2020).

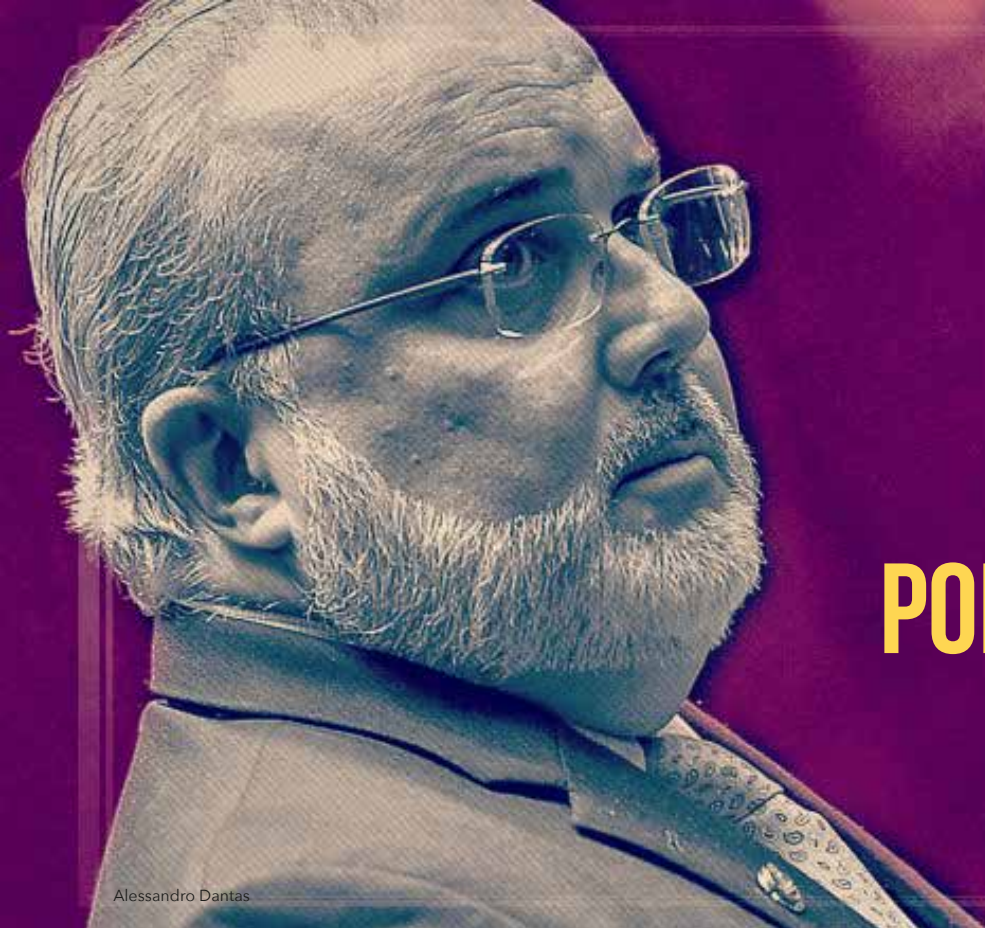
Um ambiente de negócios, uma plataforma ou um sistema jamais ficam calmos ou nervosos, muito menos precisam ser afagados. As notícias não estão falando do mercado de capitais.

Estão falando de pessoas! Mais especificamente de um punhado delas somente. São os donos de bancos, de corretoras e os maiores gestores de fundos de investimento, que se auto intitulam “o mercado” e colocam o país de joelhos como refém todas as vezes que se veem contrariados no objetivo de aumentar seus - já estratosféricos - lucros.

Já é mais do que hora de entender que o mercado é somente o termômetro de uma economia. O paciente - no caso brasileiro, o doente - é a economia em si. As atividades de criação e transformação de riqueza que ocorrem em um país. Chega de acreditar na mentira repetida mil vezes de que temos de cuidar do termômetro para o doente melhorar. Temos é de olhar para o doente e aí inevitavelmente o termômetro refletirá esta melhora. Gostem ou não deste ou daquele candidato, desta ou daquela medida. Basta lembrar que mesmo sendo hostilizado pelo tal “mercado”, o presidente Lula ganhou as eleições em 2002 e viu o índice da bolsa brasileira medido em dólares multiplicar seu valor por quase 20 vezes em pouco mais de 6 anos, um fato inédito no país.

“Cuidar do mercado” é ter um mercado de capitais transparente, seguro, regulado, moderno e acessível ao pequeno, médio e grande investidor. Este cuidado é bem vindo. Cuidar da economia é outra coisa. É cuidar das pessoas. Estas que estão esquecidas no país, por conta da chantagem deste tal “mercado” de mentira. •

* Empresário, é engenheiro e ex-banqueiro de investimentos.



Alessandro Dantas

JEAN PAUL CRITICA BOLSONARO POR CORTES NO ORÇAMENTO

Vice-líder da Oposição também denuncia retirada de recursos para saúde e educação, já debilitadas pelo Teto dos Gastos. Guedes promoveu navalhada de R\$ 29 bilhões. “É um atentado ao país”, diz o líder Jean Paul Prates. “É um ataque sem precedentes ao Estado”, critica Afonso Florence

A política de austeridade fiscal a qualquer custo adotada a ferro e fogo pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, está agravando a crise social que o Brasil enfrenta com a pandemia do Covid. No dia 23, Bolsonaro sancionou a Lei do Orçamento da União para 2021 promovendo cortes no valor de R\$ 29 bilhões no orçamento, retirando recursos vitais para duas áreas sensíveis que já estão debilitadas: saúde e educação. “É um atentado contra a juventude e o futuro do país”, critica o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN).

O vice-líder da Oposição no Congresso, deputado Afonso

Florence (PT-BA), também criticou o governo pelo veto de R\$ 19,8 bilhões, cancelados definitivamente, e bloqueio adicional de R\$ 9,3 bilhões em despesas discricionárias. Enquanto isso, Guedes autorizou a transferência superior a R\$ 1 trilhão para o pagamento da dívida pública, beneficiando o sistema financeiro. “Tira do povo e nega investimentos nas áreas mais importantes para favorecer o grande capital. É um escândalo”, observou Florence.

Florence denuncia que além do veto aos recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o ensino público, Bolsonaro esvaziou o orçamento de outras áreas importantes, como assistência social, meio ambiente, agricultura familiar, seguro-de-

semprego, abono salarial e para a Previdência. “É um ataque sem precedentes ao Estado brasileiro e à sua capacidade de enfrentar a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 e também os problemas na área econômica”, alerta.

O senador Jean Paul Prates está preocupado pelos elevados cortes nessas áreas sensíveis para o desenvolvimento nacional. Nos vetos, os cortes impostos às pastas da área social são graves e mostram a indiferença do governo com a sociedade. O Ministério da Saúde sofreu um veto de R\$ 2,2 bilhões. E o da Educação, de R\$ 1,2 bilhão. Foram ainda bloqueados R\$ 2,7 bilhões na Educação. “É um retrocesso grave ao país, que já vem sofrendo cortes profundos no

orçamento da área social desde a saída da ex-presidenta Dilma Rousseff, com o impeachment fraudulento em 2016”, acusa.

“A política de austeridade numa pátria antes educadora hoje corta recursos para a assistência estudantil e falha em garantir o retorno seguro das atividades. Essa é a visão educacional do presidente?”, questionou. “Desde o início deste desgoverno, a Educação foi uma das áreas mais atacadas”, lembrou o parlamentar. “Tivemos rodízio de ministros, um festival de retrocessos e o declínio em 10 anos nos investimentos”.

O governo Bolsonaro fez uma opção para liberar recursos a emendas dos parlamentares que garantem apoio político no Congresso, mantendo a qualquer custo o Teto de Gastos. O economista e sociólogo Bruno Moretti, assessor da Liderança do PT no Senado, lembra que a destinação de verbas às chamadas “emendas de relator”, que receberão R\$ 29 bilhões no Orçamento, podem causar distorções em políticas públicas.

“Não necessariamente vão levar em conta critérios objetivos. Muitas vezes, levarão em conta critérios políticos”, adverte. “O orçamento da Saúde está sendo reduzido em R\$ 30 bilhões. E 90% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico não serão utilizados”, acusa. Moretti diz que o risco é de um shutdown, caso não sejam feitas retificações ao orçamento. “O risco de paralisação da máquina pública é grande”, pondera Moretti.

Na terça-feira, 27, Guedes voltou a recorrer à velha mentira que repete como mantra a cada vez que é cobrado pela desastrosa condução da política econômica. Ele disse que o Estado “quebrou” e que será “impossível” atender demanda crescente

na saúde, durante reunião do Conselho de Saúde Complementar. “Todo mundo vai procurar serviço público, e não há capacidade instalada no setor público para isso. Vai ser impossível”, disse. A mentira foi rebatida pelo Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas na Economia (Napp-Economia), da Fundação Perseu Abramo, usando dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“GOVERNO TIRA DO POVO E NEGA INVESTIMENTOS NAS ÁREAS MAIS IMPORTANTES PARA FAVORECER O GRANDE CAPITAL. É UM ESCÂNDALO”

AFONSO FLORENCE

Os gastos brasileiros com saúde estão longe de alcançar um patamar significativo. Alcançam cerca de 1/3 dos gastos médios dos países da OCDE e está abaixo de vários países de menor nível de desenvolvimento, na Europa, Ásia e América Latina. Obviamente, o país terá que investir muito ao longo do tempo por conta do envelhecimento da população. Mas, o que impressiona mesmo é a baixa participação do gasto público no gasto total de saúde, cerca de 43% apenas, o que coloca

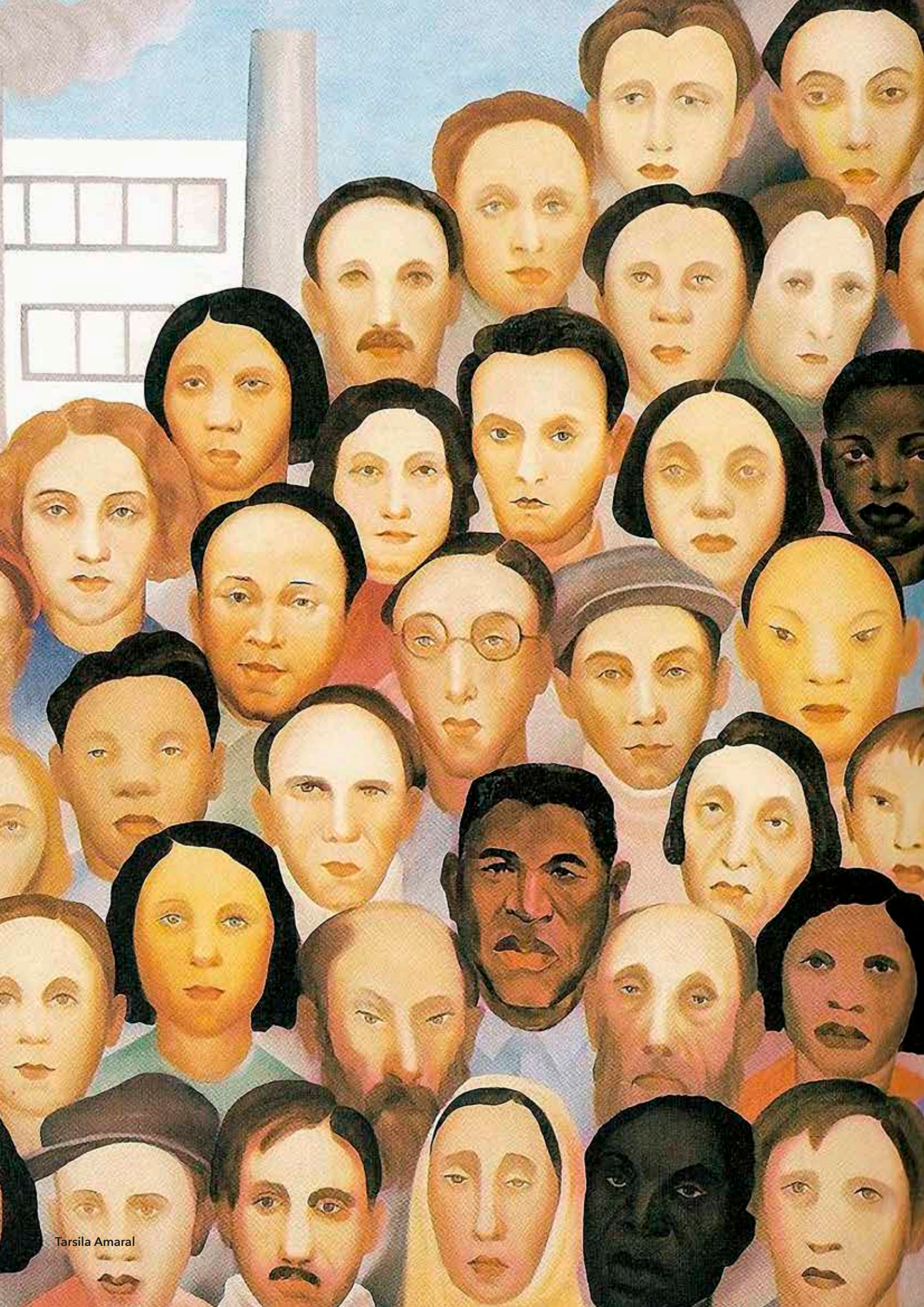
o Brasil na terceira pior posição só perdendo para a África do Sul e Índia.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) acusa o governo de omissão e negligência, repassando recursos para outras áreas e prioridades. Ele cita o caso emblemático do orçamento deste ano, fruto da predominância dos interesses financeiros no país. “São os interesses de mercado que vêm definindo a agenda do país desde a queda de Dilma até os dias de hoje. O governo Bolsonaro é a radicalização desses interesses”, criticou o parlamentar.

“Toda lógica é colocar a riqueza do Estado a serviço da jogatina [financeira]. O país está refém”, denuncia Rogério Carvalho. “O Brasil está sem rumo. Não há qualquer compromisso do governo com o desenvolvimento nacional”, adicionou.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) advertiu que outras áreas vitais para o desenvolvimento brasileiro também estão sofrendo com os cortes cirúrgicos feitos pela equipe econômica. “A prova da inconsistência do discurso do presidente Jair Bolsonaro, na Cúpula do Clima é a promessa feita ao mundo de que iria ampliar recursos para a defesa do meio ambiente”, acusou.

O governo anunciou na sexta-feira, 23, um corte de R\$ 240 milhões do Ministério do Meio Ambiente, apesar do discurso oficial de Bolsonaro na Cúpula do Clima, que reuniu 40 líderes e chefes de Estado a convite do presidente dos EUA, Joe Biden. “Bolsonaro fez a promessa lá fora e, no dia seguinte, anunciou um corte orçamentário”, lamentou Wagner. “O Brasil tem quase R\$ 3 bilhões do Fundo da Amazônia interditados em função da postura negociacionista do presidente”. •



EXECUTIVO E LEGISLATIVO INVIABILIZARAM O CENSO

Houve um descaso com consequências negativas por muitos anos. O orçamento inicial do IBGE era de R\$ 3,1 bilhões, mas foram aprovados R\$ 2 bilhões

Por Eduardo Pereira Nunes *

O Congresso aprovou e o Executivo sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 que retirou recursos da saúde, educação, assistência social, abono salarial e inviabilizou o Censo Demográfico de 2021. O orçamento inicial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística era de R\$ 3,1 bilhões, mas o Executivo encaminhou proposta de somente R\$ 2 bilhões, equivalentes a R\$ 9,52 por habitante pelos próximos 10 anos.

Os 200 mil recenseadores do IBGE visitarão cerca de 80 milhões de domicílios, num país com 8,5 milhões de km² e 5.570 municípios. Em 2010, foram recenseados 67,4 milhões de domicílios e 190,7 milhões de habitantes.

Houve um descaso com consequências negativas por muitos anos. O Brasil prossegue com crianças e jovens sem acesso às escolas e os pais em home office. Ou sem empregos. Ou sem negócios em suas empresas. Muitas empresas estão fechando as portas e multinacionais estão saindo do Brasil.

A taxa de desemprego alcançou 14,3 milhões de pessoas e somente 48,7% da população em idade de trabalhar estava ocupada.

Qual terá sido o impacto destes problemas sobre as famílias daqueles alunos e trabalhadores?

Como os municípios enfrenta-

COMO MUNICÍPIOS ENFRENTARÃO PROBLEMAS SEM INFORMAÇÕES ATUALIZADAS DO TAMANHO E CONDIÇÕES DE VIDA DE SUA POPULAÇÃO?

rão estes problemas, sem informações atualizadas acerca do tamanho e condições de vida de sua população?

Qual será o valor do Fundo de Participação dos Municípios que as prefeituras receberão e qual será o número de deputados federais e estaduais e vereadores, os quais dependem do tamanho atualizado de suas populações, algo que somente o Censo fornece?

Como avaliar o impacto de políticas adotadas pelos programas Luz para Todos, Bolsa Família e pela Lei de Cotas Raciais para

acesso à educação superior pública e gratuita?

Como avaliar o impacto social das reformas trabalhista e previdenciária e das políticas fiscais que limitam as despesas públicas não financeiras ao Teto dos Gastos, mas liberam as financeiras de qualquer limite?

As informações do Censo permitem saber onde moram, como vivem e quem são os brasileiros e estrangeiros. Também permite acesso a dados como gênero, cor ou raça. E quantos são analfabetos ou doutores. O número de crianças, jovens ou idosos. Ou aqueles com deficiência motora ou visual. E quantos empregadores, empregados ou desempregados.

Também garante informações sobre os brasileiros com ou sem habitação adequada. Ou se têm banheiro dentro do domicílio, ou fora, ou nem isto... Se vivem em áreas de risco, sem acesso ao saneamento básico, abastecimento d'água ou iluminação pública. Quem são aqueles que têm renda alta ou com renda insuficiente para superar a miséria. Quantos têm acesso a computadores e internet adequada, ou inadequada, para as crianças e jovens estudarem e seus pais trabalharem remotamente.

Impedir a realização das perguntas do Censo significa acreditar que as respostas não são necessárias. •

Economista, é ex-presidente do IBGE.



30 de abril de 1981 BOMBA NO RIOCENTRO IMPLODE TERROR MILITAR

Morre o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e fica gravemente ferido o capitão Wilson Dias na explosão de uma bomba no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro (foto acima). O explosivo era manuseado pelo suboficial dentro de um carro. Os dois militares eram agentes do DOI-Codi e planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, no qual 20 mil pessoas assistiam ao show do 1º de Maio. O objetivo era criar pânico na plateia e responsabilizar um grupo de esquerda pelo atentado. A explosão acidental da bomba frustrou o plano terrorista e abriu a mais grave crise política do governo do General João Batista Figueiredo.

1º de maio de 1939 JUSTIÇA DO TRABALHO É CONSOLIDADA

Getúlio assina importantes decretos na sacada do palácio do Trabalho, diante de 100 mil trabalhadores. “Significativamente, reservou-se, para o dia de hoje, a assinatura das leis criando a Justiça do Trabalho, os refeitórios populares e as escolas e ofícios nos estabelecimentos industriais. Podeis apreender, facilmente, o alcance dessas iniciativas. A justiça especial, encarregada de resolver por processo, rápido e eficiente, os dissídios comuns nas relações de trabalho, constituía uma de suas antigas aspirações. Vemo-la, agora, completando a legislação trabalhista, como fruto da experiência de alguns anos. A outra lei visa oferecer, nas fábricas, alimentação sadia e barata aos operários e, nas escolas anexas às empresas, o aperfeiçoamento técnico e a educação profissional dos filhos, sob as vistas de seus próprios pais”.

1º de maio de 1939 JUSTIÇA DO TRABALHO É CONSOLIDADA

Getúlio assina importantes decretos na sacada do palácio do Trabalho, diante de 100 mil trabalhadores. “Significativamente, reservou-se, para o dia de hoje, a assinatura das leis criando a Justiça do Trabalho, os refeitórios populares e as escolas e ofícios nos estabelecimentos industriais. Podeis apreender, facilmente, o alcance dessas iniciativas. A justiça especial, encarregada de resolver por processo, rápido e eficiente, os dissídios comuns nas relações de trabalho, constituía uma de suas antigas aspirações. Vemo-la, agora, completando a legislação trabalhista, como fruto da experiência de alguns anos. A outra lei visa oferecer, nas fábricas, alimentação sadia e barata aos operários e, nas escolas anexas às empresas, o aperfeiçoamento técnico e a educação profissional dos filhos, sob as vistas de seus próprios pais”.

1º de maio de 1940 DECRETO INSTITUI O SALÁRIO MÍNIMO

Getúlio baixa decreto determinando que todo trabalhador brasileiro, sem distinção de sexo, tem direito a um salário mínimo mensal que deve satisfazer, segundo o texto do decreto, “às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

3 de maio de 1933 **BRASIL VAI ÀS URNAS ELEGER CONSTITUINTE**

Pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres vão às urnas. Apesar disso, o número de pessoas habilitadas a votar em 1933 (1,466 milhão), na escolha dos deputados constituintes, declina em comparação a 1930 (2,525 milhões), devido ao recadastramento eleitoral, que eliminou uma grande quantidade de eleitores fantasmas. Dos eleitores registrados, quase 90% compareceram às urnas. O cadastramento das mulheres, porém, não se refletiu na composição do Legislativo. Entre os 254 deputados constituintes, apenas uma mulher se elegeu.

3 de maio de 1995 **GOVERNO ENDURECE CONTRA PETROLEIROS**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) inicia uma greve dos trabalhadores no setor público contra as medidas privatizantes anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O movimento perde força nas demais categorias, mas é sustentado pelos petroleiros, que resistem à proposta de flexibilização do monopólio estatal do petróleo. Surpreendido, o governo decide quebrar a greve a qualquer preço.



1º de maio de 1968 **NA PRAÇA DA SÉ, O DIA É DO TRABALHADOR**

A chegada do governador Abreu Sodré à comemoração oficial do Dia do Trabalho foi o estopim para a vaia da multidão, de 20 mil pessoas, reunida na praça da Sé, em São Paulo. Sodré pega o microfone e afirma que a manifestação é uma "prova evidente de que em nosso Estado a democracia respira". Estudantes e operários reagiram e responderam com palavras de ordem, usando megafones. Jogaram ovos e pedaços de pau contra o palanque das autoridades. O governador foi atingido por uma pedra.

4 de maio de 1932 **CONQUISTA HISTÓRICA: 8 HORAS DE TRABALHO**

Getúlio Vargas atende a uma das principais reivindicações dos operários e estabelece que todos os trabalhadores urbanos, nas fábricas, escritórios e estabelecimentos comerciais, e que exerçam suas funções durante o dia, terão sua jornada limitada a oito horas diárias e a seis dias por semana. Todos terão direito a um dia de descanso semanal, preferencialmente aos domingos. O trabalho noturno é limitado a sete horas.

6 de maio de 1997 **VALE É PRIVATIZADA A PREÇO DE BANANA**

Às 17h42, o leiloeiro da Bolsa de Valores do Rio bate o martelo, encerrando a venda do controle acionário da maior mineradora de ferro do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, por R\$ 3,3 bilhões. A venda da Vale foi a primeira da segunda fase do programa de privatização do governo FHC. Antes dele, Collor havia privatizado 12 empresas, e Itamar Franco, 9. Depois da Vale, o FHC fez a desestatização de empresas de infraestrutura e da Telebrás.



PRIMÓRDIOS O sociólogo Perseu Abramo (em pé com líderes do PT) foi quem deu forma à fundação que leva seu nome

25 ANOS DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

UMA GRANDE HISTÓRIA

DIANTE DE IMENSO DESAFIO

Instituição enfrenta seu maior desafio: produzir conhecimento e propostas para municiar a militância e intelectualidade do partido, assim como todos os trabalhadores comprometidos com a reconstrução do país devastado por Bolsonaro

A Fundação Perseu Abramo (FPA) completa 25 anos em 5 de maio, com reconhecimento público de sua contribuição para a sociedade, a esquerda e a militância petista ao longo dos anos. Instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do Diretório Nacional em 1996, a FPA concretizou a antiga aspiração do PT de construir um espaço, fora das instâncias partidárias, para reflexão política e ideológica, promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência e a pluralidade de opiniões.

Houve uma experiência anterior com uma instituição dessa natureza – a Fundação Wilson Pinheiro –, que funcionou durante algum tempo, sustentada pela participação de alguns dos mais destacados intelectuais e dirigentes do partido. Mas acabou se esgotando por várias razões, inclusive a instabilidade de recursos financeiros.

Com a criação do Fundo Partidário, instituído pelo artigo 38 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 – a Lei dos Partidos Políticos – e a destinação de 20%, no mínimo, dessa verba para a criação e manutenção de “instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação

e educação política”, o Diretório Nacional do PT delegou a Perseu Abramo, sociólogo, professor e jornalista (*foto acima*), então secretário nacional de formação política, desenvolver estudos para a constituição de um instituto ou fundação.

Perseu fez consultas sobre as vantagens e desvantagens de cada um desses modelos, elaborou documentos básicos sobre o tema e formulou um pré-projeto que continha as propostas das linhas de trabalho da futura instituição. Com base nessas ideias, já esboçadas por Perseu, o diretório optou pela criação de uma fundação, que prevê um estatuto

jurídico muito mais rígido que o de institutos. As fundações são fiscalizadas e prestam contas ao Ministério Público, garantindo maior rigor e transparência.

Na reunião do Diretório Nacional, realizada em 5 de maio de 1996, foram aprovados por unanimidade também os elementos para um plano de trabalho, o estatuto e a composição da diretoria e do conselho curador. Assim, a fundação nasceu como instituição de direito privado, com autonomia jurídico-administrativa, com sede em São Paulo mas de âmbito nacional, tendo como fins a pesquisa, a elaboração doutrinária e a constituição para a educação política dos filiados do PT e do povo trabalhador brasileiro.

Luiz Dulci, primeiro presidente do órgão, escreveu no Relatório de Atividades da FPA - Gestão 1996-2000: "Além de consolidar-se institucionalmente, a fundação trabalhou para tornar-se uma referência, e, mais que isso, um instrumento concreto de expressão para intelectuais e artistas do PT, bem como para simpatizantes e interlocutores, que em sua maioria encontravam-se afastados da vida partidária, quando não antagonizados com ela, limitando-se muitas vezes a votar secretamente em nós. Fez-se um continuado esforço (que, naturalmente, pode e deve ser incrementado) para envolver parcelas importantes da intelectualidade, de modo a que elas não fossem apenas 'objeto' de nossas iniciativas mas de fato se expressassem através da FPA".

Nesses momentos iniciais, foi resgatado "o pensamento radical brasileiro". Houve publicações de livros de Sérgio Buarque, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Celso Furtado, Mário Pedrosa, Marilena Chauí, entre outros. Para Dulci, até os dias de hoje, autores e autoras de peso contribuíram com "questões candentes da atualidade - privatização, desemprego, re-

forma política, dívida externa, crise da universidade -, passando por outras que propõem-se a sistematizar o acúmulo setorial do PT (na administração pública, políticas de gênero, combate ao racismo, meio ambiente), bem como o seu acúmulo ideológico e programático geral, principalmente no que se refere às reformas estruturais e ao socialismo democrático que almejamos para o país".

Antonio Cândido, um dos mais

A TAREFA ATUAL DA FUNDAÇÃO É INDICAR E DEBATER MEDIDAS PARA ENFRENTAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA SOBRE A SAÚDE E A ECONOMIA

importantes intelectuais brasileiros, crítico literário, ensaísta e sociólogo, morto em 2017, que fez parte do Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo (FPA) de 1996 a 2002, fez uma avaliação precisa e atual da Fundação Perseu Abramo, no 15º aniversário, em 2011. "Como socialista, entendo que a militância política é inseparável da constante aferição ideológica. É o que a fundação tem contribuído para assegurar ao Partido dos Trabalhadores. O pragmatismo puro e simples, que o ronda com frequência, pode acabar desviando o

rumo das melhores intenções se não houver a aferição, expressa por meio de instrumentos como o livro, o periódico, o opúsculo, a internet, os cursos e eventos de vários tipos", destacou.

"Ao contrário dos regimes que procuram anular a reflexão e a crítica, a democracia, sobretudo de tendência socialista, que deve ser o nosso alvo, se alimenta e se aperfeiçoa por meio da análise, do debate, da troca e da comparação das ideias, desde as modalidades mais simples até as mais complexas", escreveu. "A fundação tem exercido de maneira a meu ver exemplar essas atividades, contribuindo para que o Partido dos Trabalhadores possa ser um agrupamento político capaz de pensar para agir e de agir no rumo da verdadeira justiça social, com lucidez bem fundamentada e vigilância em relação às armadilhas do caminho".

"Neste 25º aniversário, a Fundação Perseu Abramo enfrenta provavelmente seu maior desafio desde o surgimento", diz o presidente Aloizio Mercadante. "Temos de produzir conhecimento e proposições políticas para municiar a militância e intelectualidade do partido, assim como todos os trabalhadores brasileiros comprometidos com a reconstrução de um país devastado pelo desemprego, pela volta da fome, o agravamento da pobreza e a destruição provocada pela política entreguista do governo Bolsonaro".

Com esse objetivo, a direção da FPA dedica-se a indicar e debater medidas para enfrentar os efeitos imediatos da pandemia sobre a saúde e a economia. Desde a garantia de vacinas para toda a população até políticas públicas que apresentem uma perspectiva aos milhões de brasileiros que perderam o sustento nesse período em decorrência do desgoverno e dos crimes cometidos por Bolsonaro. •



Fozie B

O PAÍS QUE EXTERMINA CRIANÇAS E ADOLESCENTES JÁ ESTÁ MORTO

Quando comparado a outros países, o Brasil é o que mais mata crianças. Em 2019, segundo dados do anuário, foram quase 5 mil crianças e adolescentes mortos de forma violenta e intencional e quase 26 mil que sofreram estupro

Por Nilma Lino Gomes * e Cristina Teodoro **

No Brasil, não existe racismo!", afirmou o vice-presidente da República diante do assassinato de um homem negro, em um supermercado na cidade de Porto Alegre, em 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra.

Duas semanas depois, em 05 de dezembro de 2020, duas meninas negras foram mortas, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, por uma "bala perdida". Aquele tipo de bala que só acha os corpos negros para perfurar e explodir, e, também, do mesmo tipo que sempre encontra corpos negros quando acontece uma batida policial nos bairros periféricos, vilas e favelas.

Alguém já leu alguma notícia sobre duas crianças brancas de classe média que tenham sido atingidas por uma bala perdida enquanto brincavam na piscina de um condomínio de luxo?

As crianças negras padecem de invisibilidade social e política. No dia 13 de julho de 2020, foram comemorados os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 7º, assegura que a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Apesar da sua importância, o documento, baseado em direitos universais, deixa de reconhecer o racismo que estrutura e organiza a sociedade brasileira e que tem reservado a miséria, as desigualdades e a falta de pro-



NO BRASIL, A POBREZA E A NEGLIGÊNCIA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES POBRES TÊM COR

teção às crianças negras, como também tem lhes negado a segurança por parte do Estado, da instituição que deveria garantir suas vidas e direitos.

No Brasil, a pobreza e a negligência em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes pobres têm cor. O índice de privação de direitos, em relação a meninas e meninos negros é de 58,3%; quando nos referimos às crianças e aos adolescentes brancos, este índice cai para 40%.

As crianças e adolescentes negros, também, são os que

mais vivem em condições de privações extremas de direito, que é duas vezes maior do que entre brancos. Ou seja, em estado de miséria absoluto e sem direito à educação, à saúde, à alimentação e à moradia digna. Além disso, muitas vezes, as crianças negras têm sido privadas do direito à vida.

De acordo com o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 18 de outubro de 2020, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Brasil, quando comparado a outros países, é o que mais mata crianças. Em 2019, segundo dados do anuário, foram quase 5 mil crianças e adolescentes mortos de forma violenta e intencional e quase 26 mil que sofreram estupro.

Chama a atenção quando os dados são desagregados por cor e raça. Do total das quase 5 mil crianças e adolescentes, 75% que representavam os negros de 0 a 19 anos – o anuário segue o limite de idade recomendado pela Organização Mundial de Saúde –, foram vítimas de mortes violentas intencionais. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras é maior que o número de vítimas brancas.

A principal causa são os crimes de homicídio e a lesão corporal, seguidos de morte. Os dados analisados confirmam que, em média, morrem mais de 13 crianças e adolescentes de forma violenta por dia no Brasil. Ou seja, uma geração inteira de crianças e adolescentes, em sua maioria negros, sendo perdidas de forma brutal. São mortas pelo Estado

brasileiro, por aquele que deveria assegurar o que estabelece a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, com direito à vida e, também, à educação, à saúde, à alimentação e à moradia digna.

A única análise possível de ser considerada quando o assunto é a vida da população negra, em geral, e a vida de crianças e adolescentes negros, em particular, é a existência do racismo estrutural incrustado na sociedade e no Estado: o racismo tem sido um cruel determinante de mortes de pessoas negras brasileiras.

É esse fenômeno perverso que assegura que as ditas “balas perdidas” encontrem o perfil exato para aniquilar. As “justificativas” apresentadas pelas autoridades públicas é de que foi “o acaso”, em função da guerra “contra o tráfico”.

Não!!! É uma guerra que tem endereço certo contra um segmento da população que vive historicamente várias tentativas de extermínio: as pessoas negras. A morte para elas tem sido com mais crueldade e tem chegado a cada vez mais cedo. Nossas crianças e adolescentes negros estão sem proteção. Não existe mais quem consiga protegê-las: nem o cuidado da família, nem a casa, nem a escola as protegem mais.

Não é possível mais falar sobre democracia, criança, infância e direitos, enquanto não choramos e nos indignarmos pelo assassinato de crianças. Elas têm nome: Jenifer Gomes, Kavan Peixoto, Kauã Rosário Gomes, Kauê dos Santos... E mais Ana Carolina de Souza Neves, a primeira criança morta vítima de bala perdida no Rio de Janeiro em 2020. Além dessas, temos ainda Ágatha Félix, Maria Alice de Freitas, Ítalo Augusto, Rayane Lopes. E mais as vítimas infantis recentes: Emilly Victoria, 4 anos, baleada na cabeça, e Rebeca Beatriz

Arquivo



Cristina Teodoro

É NECESSÁRIO CHORAR E SE INDIGNAR PELAS CRIANÇAS QUE TIVERAM SUAS VIDAS CEIFADAS PELO RACISMO E PELA INSEGURANÇA

Rodrigues dos Santos, 7 anos, morta com um tiro no abdômen.

Todas crianças negras e mortas pelo Estado e sua necropolítica! É preciso que os casos sejam apurados, de fato, e os responsáveis, sejam exemplarmente punidos. E necessário que parem de matar as pessoas negras, sejam elas adultas ou crianças e adolescentes.

As crianças negras são consideradas fora do padrão que privilegia uma concepção universal

de infância. Por isso, a morte violenta delas não choca, não causa indignação social e política!

Como bem diz a filósofa Judith Butler, é necessário recuperar a capacidade HUMANA, de não apenas não “deixar morrer”, mas, de se indignar pela morte do outro, entrar em luto por aqueles que não conhecemos, por aqueles que não têm os nomes nas mídias. Um luto coletivo, político, que reconhece que todas as vidas são viáveis e importantes, por isso, devem ser choradas, igualmente.

É necessário chorar e se indignar pelas crianças que tiveram suas vidas ceifadas pelo racismo e pela insegurança pública. Choramos e nos indignamos por todas elas. Um choro político que mistura dor, indignação, denúncia e resistência.

Certamente, a quantidade de crianças vítimas de homicídios, em especial, as negras, é muito maior do que os dados estatísticos revelam. Falta transparência de informação por parte de vários estados e municípios, o que impede a análise do panorama nacional.

É dever do Estado decretar que todas as secretarias de Segurança Pública colem dados, por faixa-etária, cor-raça e gênero. Essa será uma forma de tornar visível a forma perversa como a infância e à adolescência negra tem sido tratada.

Pela memória das crianças e adolescentes negros assassinados pela insegurança pública que assola a vida das brasileiras e dos brasileiros, fruto do racismo estrutural, dizemos não ao racismo. •

* Doutora em Antropologia Social e Pós-Doutora em Sociologia e Educação, é coordenadora do NAPP de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo.

** Doutora em Educação pela PUC de São Paulo, é professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês (BA) e integrante do NAPP de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo.

A stylized graphic illustration of a landscape. The sky is a gradient of orange and yellow. In the foreground, there are dark purple and blue silhouettes of a landscape. On the left, a black silhouette of an airplane is flying. On the right, a prominent silhouette of a monument, resembling Christ the Redeemer, stands on a hill. The overall style is modern and graphic.

CRISE, FECHAMENTO DE EMPRESAS E FUGA DE CÉREBROS

Brasil vem vivenciando uma experiência de forte queda do número de indústrias no território nacional. Só em 2020, 5,5 mil fábricas encerraram suas atividades. Não bastasse isso, há uma forte fuga de profissionais qualificados do país

por Uallace Moreira *

Os impactos da crise econômica que se arrasta na economia brasileira desde 2015, intensificando-se com a crise da Covid-19 a partir de 2020, tem aprofundado um processo de fechamento de empresas no Brasil em diversos setores.

De acordo com um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), desde a recessão iniciada em 2014, o Brasil vem vivenciando uma experiência de forte queda do número de

indústrias no território nacional. Só em 2020, 5,5 mil fábricas encerraram suas atividades. Ao todo, entre 2015 e 2020, foram extintas 36,6 mil. Isso equivale a quase 17 estabelecimentos industriais exterminados por dia.

É importante lembrar que de acordo com o estudo da CNC, considerando a série histórica iniciada em 2002, até 2014 o número de fábricas crescia, mesmo com a indústria de transformação perdendo relevância na economia diante do avanço dos outros setores. Entretanto, desde o início da crise em 2015,

o país tinha 384,7 mil estabelecimentos industriais. Mas, no fim de 2020, a estimativa era de que o número tinha caído para 348,1 mil, o que representa uma queda de -9,5%.

Essa forte crise com fechamento de vários estabelecimentos industriais ganhou maior proporção e visibilidade com o fechamento e/ou encerramento de suas atividades de grandes empresas multinacionais no país, de vários setores da atividade econômica. Entre 2018 e 2020, mais de 14 multinacionais deixaram o país pela falta de

crescimento econômico e a falta de perspectiva de retomada. Em média, desde 2018, uma estrangeira desistiu do país num intervalo de menos de três meses. As principais multinacionais que fecharam e encerraram suas atividades no Brasil foram:

- a) Automobilístico: Ford, Mercedes Benz e Audi.
- b) Eletroeletrônico: Sony e Nikon.
- c) Farmacêutico: Roche e Eli Lilly.
- d) Aviação e Cimento: Virgin Atlantic e LafargeHolcim.
- e) Varejo, Vestuário, Calçados, Cosméticos, Cervejaria e Livraria: Walmart, Forever 21, Nike, Lush Cosméticos, Brasil Kirin.

Em alguns casos, houve maior comoção nacional, dado a representatividade e relevância de algumas empresas. Por exemplo, depois de 48 anos a Sony anunciou o fechamento da indústria na Zona Franca de Manaus, com o fim de 300 empregos diretos.

Talvez o fechamento que mais chamou a atenção da imprensa no Brasil foi o fechamento da Ford. Estudos já apontam para um impacto relevante no PIB da Bahia com o fechamento da empresa calcula perda de 1,3% no PIB estadual ou até de 2%. Quando analisado o efeito da cadeia produtiva, os efeitos são substanciais.

Estudo do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) “mostra que os maiores fornecedores da Ford, chamados “tier 1”, que abastecem diretamente a montadora, somam 30 empresas com 32 fábricas ou centros logísticos em Camaçari. Desse total, 18 ficam dentro do condomínio da Ford. Por produzirem vários sistemas do veículo, são denominadas “sistemistas”. Outras 12 têm fábricas em outros

pontos da cidade. Quase todas são subsidiárias de grupos globais, como as alemãs Bosch (velas de ignição) e Benteler (trem de força e a suspensão), a italiana Pirelli (pneus), a portuguesa Sodecia (peças de carroceria) e a francesa Faurecia (escapamentos e peças plásticas).”

Ainda de acordo com o estudo do Sindipeças, “essas fabricantes empregavam mais de

EM DOIS ANOS, 14 MULTINACIONAIS DEIXARAM O PAÍS PELA FALTA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DE PERSPECTIVA DE RETOMADA DA ATIVIDADE

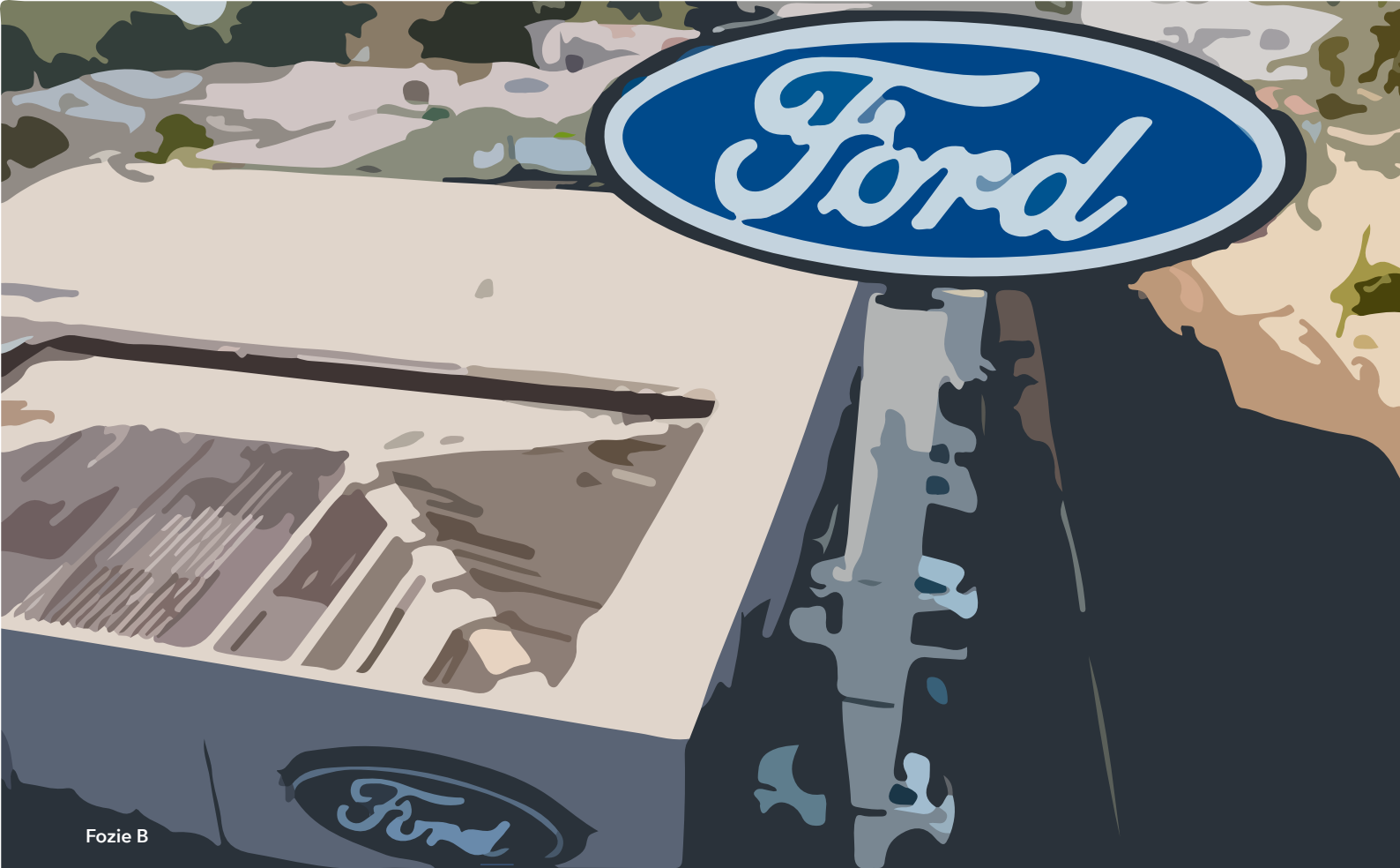
3 mil trabalhadores diretos em Camaçari. O número não é distante dos 4,05 mil empregados diretos da fábrica da Ford. Somados, os contingentes indicam as cerca de 7,5 mil pessoas que devem perder seus empregos na cidade.”

Estudo do DIEESE mostra que o fechamento da Ford impacta em 5.000 demissões diretas, que significam uma perda potencial de mais de 118.864 mil postos de trabalho, somando diretos, indiretos e induzidos. Essas demissões podem resultar em perda potencial de massa salarial da

ordem de R\$ 2,5 bilhões por ano, considerando-se os empregos diretos e indiretos. Além disso, haverá queda de arrecadação de tributos e contribuições em torno de R\$ 3 bilhões por ano. Cada R\$ 1 gasto na indústria automobilística acrescenta R\$ 1,40 no Valor Adicionado da economia.

Além do fechamento das grandes empresas, o Brasil também convive com um elevado número de fechamento de estabelecimentos comerciais. Estudo divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 75 mil estabelecimentos comerciais com vínculos empregatícios fecharam as portas no Brasil em 2020. As micro e pequenas empresas responderam por 98,8% dos pontos comerciais fechados. Além do mais, todas as unidades da federação registraram saldos negativos, com alguns estados sofrendo mais os impactos da crise, como São Paulo (20,30 mil lojas), Minas Gerais (9,55 mil) e Rio de Janeiro (6,04 mil).

O fechamento de grandes empresas nacionais e multinacionais, associado ao fechamento de estabelecimentos comerciais, com um cenário sem perspectiva de retomada do crescimento econômico, tem provocado uma forte fuga de profissionais altamente qualificados do país, o que se convencionou chamar de “fuga de cérebros”. Não temos estudos com bases consolidadas que mostrem o real problema com a “fuga de cérebros do país, mas há alguns números de outras fontes, entretanto, que podem apontar para alguns indicadores que deixam evidência a gravidade desta situação. De acordo com a Receita Federal, embora não discrimine por profissão ou ocupação a saída definitiva de brasileiros para a o exterior, o número de brasileiros que dei-



Fozie B

xou o país para o exterior passou 8.170 em 2011 para 23.271 em 2018, ou crescimento de 184%. Em 2019, até novembro, 22.549 pessoas fizeram declaração de saída definitiva do país. O crescimento foi mais acentuado a partir de 2015, quando o número foi de 14.981. Em 2016, pulou para 21.103, crescendo para 23.039 em 2017.

Entre os profissionais que estão saindo do Brasil, muitos são cientistas em busca de oportunidades em outros países que prezam pela sua capacidade industrial e de inovação. A perda de profissionais altamente qualificados representa um grave problema para se pensar em inovação no Brasil, pois esses profissionais são considerados recursos humanos que demandam longo tempo de formação, com elevada capacidade de realizar pesquisa e desenvolvimento, elemento essencial para a inovação tecnológica de produto e processo no país. Com a migração dessa mão de obra qualificada, o

Brasil perde capacidade interna de recursos humanos construída, enfraquecendo assim também sua capacidade interna de absorver conhecimento, item essencial para o processo de transferência

tecnologia e inovação.

Essa crise deixa claro que, do ponto de vista da estrutura produtiva, o baixo dinamismo da economia brasileira durante o governo Bolsonaro, afetando a dinâmica do mercado interno, tem sido uma das principais variáveis responsáveis pelo fechamento de grandes empresas em setores estratégicos, acelerando mais ainda o processo precoce de desindustrialização no Brasil. A participação da indústria de transformação no PIB caiu de 12,3% em 2018 para 11,3% em 2020. Em estudo recente publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) confirma a vertiginosa decadência. A análise de 30 economias - que representam 90% da indústria de transformação no mundo -, em um período de 48 anos (1970-2017), aponta o Brasil como o país que mais se desindustrializou no globo. •

ENTRE 1970 E 2017, DAS 30 MAIORES ECONOMIAS GLOBAIS, O BRASIL FOI QUEM MAIS FECHOU INDÚSTRIAS NO PERÍODO

* Professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AMAZÔNIA. HÁ OUTRO MODELO

Diferente da postura do negacionistas e seguidores das teses destruidoras de Bolsonaro, a manutenção da floresta tropical representa muito mais riqueza do que o cultivo de soja ou a implantação de pasto para gado

Por Paulo Rocha *



Alessandro Dantas

As chuvas começam a se reduzir na Amazônia. E a partir de julho, diferente das regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste brasileiro, a maior parte do Norte começa a viver o que chamamos de “verão amazônico”, período de estiagem e época das grandes queimadas de floresta.

Este método predador e incendiário visa eliminar as árvores para o plantio de capim e, desta forma, ampliar o avanço da pecuária na Amazônia ou do cultivo de soja. No rastro de destruição, seguem os grileiros e madeireiros, que invadem áreas protegidas, como reservas ambientais e territórios indígenas.

Na contramão deste modelo estão as comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Atuam como guardiões da floresta e utilizam elementos

da fauna e da flora para produzir fitoterápicos e biocosméticos, a partir de óleos e essências florestais como a andiroba, copaíba, priprica e outras.

As populações regionais também incorporam tubérculos, frutos, folhas e óleos na culinária regional, produzindo pratos como a maniçoba, o tacacá ou o pato no tucupi. O princípio ativo do jaborandi é usado para o combate a glaucoma.

Diferente da postura dos negacionistas e seguidores das teses destruidoras de Bolsonaro, a manutenção da floresta representa muito mais riqueza do que o cultivo de soja ou a implantação de pasto para gado.

Está comprovado que a Amazônia concentra a maior biodiversidade do planeta Terra. E que os recursos florestais e hídricos são fontes potenciais de ali-

mentos e de insumos para a indústria farmacêutica e de cosméticos.

Portanto, o maior desafio ao Estado brasileiro e às instituições multilaterais é o investimento em ciência, tecnologia e inovação, capaz de revelar novos conhecimentos para o equilíbrio do clima mundial; potenciais produtos que ajudam no combate à fome; e insumos que podem ser utilizados para imunizar e fortalecer a saúde humana e animal.

Sou autor do Projeto Mais Ciência Amazônia, o PL 388/18, que tramita no Senado Federal. Prevê a ampliação de pesquisadores na região para fortalecer a produção do conhecimento e promover a integração dos trabalhos científicos. A proposta aponta para a necessidade de ampliação de recursos aos pesquisadores sediados na Amazônia e de outras regiões, desde que os temas envolvam trabalhos sobre a sociobiodiversidade.

Este é um desafio que deve envolver a sociedade brasileira e os líderes mundiais preocupados com o futuro do nosso planeta. •

* Senador pelo Pará, é líder do PT no Senado Federal.

O MAIOR DESAFIO
AO ESTADO
BRASILEIRO E
ÀS INSTITUIÇÕES
MULTILATERAIS É
O INVESTIMENTO
EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



QUARTA-FEIRA - 5/5, ÀS 17H

PROGRAMA COMEMORATIVO FPA 25 ANOS



PARTICIPAÇÕES: LULA, FERNANDO HADDAD, GLEISI HOFFMANN, DILMA ROUSSEFF E LAÍS ABRAMO

**MEDIAÇÃO:
ALOIZIO MERCADANTE E
ELEN COUTINHO**



**REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO:**



TRANSMISSÃO:



Forum

revista



PROGRAMAS NAS SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS, SEMPRE ÀS 17H